**Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
Centro de Energia Nuclear na Agricultura**

**Conservadores ou progressistas:
como o judiciário de Piracicaba/SP se posiciona nos pleitos pela
proibição da queima da palha de cana-de-açúcar**

Mariangel Nieves Marcano

Dissertação apresentada para obtenção do
título de Mestra em Ciências. Área de
concentração: Ecologia Aplicada

**Piracicaba
2016**

Mariangel Nieves Marcano
Bacharel em Direito

**Conservadores ou progressistas:
como o judiciário de Piracicaba/SP se posiciona nos pleitos pela
proibição da queima da palha de cana-de-açúcar**

Orientador:
Prof. Dr. **ADALMIR LEONIDIO**

Dissertação apresentada para obtenção do
título de Mestra em Ciências. Área de
concentração: Ecologia Aplicada

**Piracicaba
2016**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
DIVISÃO DE BIBLIOTECA - DIBD/ESALQ/USP**

Marcano, Mariangel Nieves

Conservadores ou progressistas: como o judiciário de Piracicaba/SP se posiciona nos pleitos pela proibição da queima da palha de cana-de-açúcar / Mariangel Nieves

Marcano. - Piracicaba, 2016.

104 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Centro de Energia Nuclear na Agricultura.

1. Ação civil pública 2. Judiciário 3. Conservadorismo 4. Progressismo 5. Queima da palha de cana-de-açúcar I. Título

CDD 633.61
M313c

"Permitida a cópia total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte – O autor"

DEDICATÓRIA

A mi hijo Daniel, razón de todo en mi vida!

A mis padres, Angel y Sandra, por la vida, por el amor incondicional que me brindan, por el permanente estímulo y apoyo, pero sobre todo por el amor.

Ao Sandro, pelo amor com que dia a dia caminhamos as sendas da vida que escolhemos viver juntos.

AGRADECIMENTOS

A ti Daniel, meu filho, pelo ímpeto que me destes. Pela ternura dos teus olhares que muitas vezes tiraram as minhas angustias, dores e preocupações. Pelos braços sempre abertos a me receber quando precisei me separar de ti. Pela esperança que vejo em ti, em teus olhos e que não me deixa parar. Filho, tu es a razão de tudo.

Aos meus pais por estarem sempre presentes apesar da distância. Vocês são minha rocha. Devo tudo a vocês.

Aos meus irmãos, José Angel e Karina, por compartilhar comigo a amizade, carinho e apoio de sempre e para sempre.

Ao Sandro, meu companheiro de vida, pelo apoio, paciência e compreensão nas minhas ausências. Pelo acolhimento e amor nos momentos difíceis e pela alegria nos momentos de comemorações.

Aos meus sogros, Regina e João, pelo suporte incondicional que me brindam. Muito Obrigada!

Ao meu orientador Adalmir, pela confiança desde o início e pelo estímulo intelectual.

À Prof. Evelina Dagnino pela oportunidade de participar em uma das suas disciplinas e por tanto aprendizado ao longo desse semestre.

À Prof. Vera Cepeda, pelo acolhimento e competência nas sugestões e comentários no exame de qualificação deste trabalho.

À Dra. Fernanda Viegas Reichardt, por ser essa mão amiga que ao longo desta jornada sempre esteve disposta a me escutar e ajudar com valiosos debates e sugestões.

Ao Dr. Ricardo, pela amizade e reconhecimento pessoal e profissional.

À Juliana Rocha, pelas valiosas trocas. Fizem toda a diferença. Muito Obrigada!

A todos os companheiros e professores de programa e departamento que durante estes três anos influenciaram direta ou indiretamente minha formação.

Ao Programa Interunidades em Ecologia Aplicada pela oportunidade de realizar a pesquisa de mestrado.

À secretaria do PPGI-EA, pela paciência e atenção com todos nós.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior – CAPES- pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

SUMÁRIO

RESUMO.....	9
ABSTRACT.....	11
RESUMEN.....	13
1 INTRODUÇÃO.....	19
2 CANA-DE-AÇÚCAR: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	27
2.1 A cana-de-açúcar na região de Piracicaba:.....	27
2.2 A queima da palha de cana-de-açúcar.....	28
2.3 Breve evolução histórica da proteção jurídica do ambiente no Brasil.....	33
2.4 Da (i)legalidade das queimadas da palha de cana-de-açúcar.....	37
3 DIREITO NA MODERNIDADE	43
3.1 O Direito no Estado Liberal	43
3.2 O Direito no Estado de Bem Estar Social e sua crise.....	45
3.3 O direito moderno no contexto social brasileiro.....	49
3.3.1 Bacharelismo.....	53
3.3.2 O Coronelismo.....	54
3.3.3 O Ministério Público e a defesa dos direitos difusos e coletivos no contexto jurídico brasileiro	60
4 DISCURSO, PODER E IDEOLOGIA NAS DECISÕES JUDICIAIS.....	65
4.1 Discurso jurídico: manifestação social de poder	66
4.2 Análise das decisões judiciais	67
4.2.1 Decisões permissivas.....	68
4.2.2 Decisões proibitivas.....	81
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERENCIAS	95
ANEXOS.....	101

RESUMO

Conservadores ou progressistas: como o judiciário de Piracicaba/SP se posiciona nos pleitos pela proibição da queima de cana-de-açúcar.

Este estudo analisa os fatores, as tendências e as fundamentações jurídico-ideológicas que permeiam as decisões judiciais em Ações Cíveis Públicas, impetradas pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) e Federal (MPF), requerendo a proibição imediata da queima da palha de cana-de-açúcar, na região de Piracicaba/SP. Para isso, foram levantadas, junto aos órgãos jurisdicionais da cidade de Piracicaba, as Ações Cíveis Públicas impetradas em face de grandes usinas e agropecuárias dedicadas ao cultivo e industrialização da cana-de-açúcar, requerendo a proibição da queima da palha na lavoura desde o advento da Lei nº 7.347 de 1985 até 2014, ano em que finalizou-se a pesquisa empírica desta dissertação. Nesses padrões, a pesquisa arrojou a existência de quatro processos, dos quais foram extraídas para análise a totalidade de vinte-e-um (21) manifestações judiciais. O marco teórico-metodológico empregado foi a abordagem marxista da filosofia da linguagem, perspectiva capaz de proporcionar uma fecunda imersão não só no que *se diz*, mas nas condições de produção desse *dizer*, valorizando a função socioideológica da palavra, permitindo vislumbrar a visão social de mundo de quem a emprega ou do grupo social ao qual o autor pode ou não pertencer (VOLOCHINOV, 1929; GOLDMANN, 1979). Conclui-se que, nos pleitos judiciais pela proibição imediata da queima da cana-de-açúcar em Piracicaba/SP, o Poder Judiciário se mostra majoritariamente conservador, arguindo e decidindo pela continuidade da prática em evidente defesa do setor sucroalcooleiro. No entanto, se reconhece a importância do tímido mas importante viés progressista por parte do judiciário, uma vez que somente nas contradições presentes nas diferentes práxis jurídicas pode avançar-se no processo permanente de construção de um direito comprometido com a obtenção de igualdade e justiça social.

Palavras-chave: Ação civil pública; Judiciário; conservadorismo; progressismo; queima da palha de cana-de-açúcar

ABSTRACT

Conservative or progressive: how the judiciary of Piracicaba/SP is positioned on the processes by prohibiting the burning of sugarcane.

This study analyzes the factors, trends and legal and ideological foundations that underlie judgments in civil class actions, filed by the Public Ministry of the State of São Paulo (MPSP) and Federal (MPF), requiring an immediate ban on burning straw sugar cane in the region of Piracicaba / SP. For that, were raised, at the courts of the city of Piracicaba, the civil class actions filed in the face of large plants and agricultural dedicated to the cultivation and industrialization of sugarcane, requiring a ban on straw burning in agriculture since the advent of the legislation act nº 7.347, from 1985 until 2014, the year it was finished the empirical research of this dissertation. In these patterns, the search threw the existence of four processes, which were extracted for analysis of all twenty-one (21) decisions. The theoretical and methodological framework used was the Marxist approach to the philosophy of language, a perspective that can provide a fruitful immersion, not only in what is said but also on the production conditions that say, valuing the ideological partner function of the word allowing to glimpse at the social worldview who employs or the social group which the author may or may not belong to (Volochinov 1929; GOLDMANN, 1979). We conclude that the legal claims by immediate ban on the burning of sugarcane in Piracicaba / SP, the Judiciary has shown mostly conservative, arguing and deciding to continue the practice in apparent defense of this sector. However, it recognizes the importance of shy but important progressive bias by the judiciary, behold, only the contradictions present in the different legal practice, can advance on the ongoing process of building a committed right with obtaining equality and social justice.

Keywords: Civil action; Judiciary; conservatism; progressive; straw burning of sugarcane

RESUMEN

Conservadores o progresistas?: cómo el poder judicial de Piracicaba/SP se posiciona en las demandas por la prohibición de la quema de la paja de caña de azúcar.

Este estudio, analiza los factores, las tendencias y las fundamentaciones jurídico-ideológicas que permean las decisiones judiciales en Acciones Civiles Públicas, interpuestas por el Ministerio Público del Estado de São Paulo (MPSP) y Federal (MPF), requiriendo la prohibición inmediata de la quema de la paja de caña de azúcar, en la región de Piracicaba/SP. Para eso, fueron levantadas junto a los órganos jurisdiccionales de la ciudad de Piracicaba, las acciones civiles públicas iniciadas contra grandes usinas y agropecuarias dedicadas al cultivo e industrialización de la caña de azúcar donde se demandaba la prohibición inmediata de la quema de la paja de caña de azúcar desde la promulgación de la ley nº 7.347 de 1985 hasta 2014, año en que finalizó la investigación empírica de esta tesis. En esos patrones, la investigación arrojó la existencia de cuatro procesos, de los cuales fueron extraídas para análisis la totalidad de veintiuna (21) manifestaciones judiciales. El marco teórico-metodológico empleado fue el abordaje marxista de la filosofía del lenguaje, perspectiva capaz de proporcionar una fecunda inmersión no solo en lo que se dice sino también en las condiciones de producción de ese decir, valorizando la función sócio ideológica de la palabra, permitiendo vislumbrar la visión social de mundo de quien la emplea o del grupo social al cual el autor puede o no pertenecer (VOLOCHINOV, 1929; GOLDMANN, 1979). Se concluye que en los pleitos judiciales por la prohibición inmediata de la quema de la paja de caña de azúcar en Piracicaba/SP, el Poder Judicial se muestra mayoritariamente conservador, arguyendo y decidiendo por la continuidad de la práctica en evidente defensa del sector sucro alcohólico. Sin embargo, se reconoce la importancia del tímido viés progresista por parte del judicial al prohibir las quemadas, pues solamente a través de las contradicciones presentes en las diferentes prácticas jurídicas, puede avanzarse en el proceso permanente de construcción de un derecho comprometido con la obtención de la igualdad y la justicia social.

Palabras llaves: Acciones civiles públicas; poder judiciário; conservadorismo; progressismo; quema de la paja de caña de azúcar

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do cultivo no município de Piracicaba/SP na safra de 2012.....	27
Figura 2 - Folhas e palha de cana-de-açúcar.....	29
Figura 3 - Caule de cana-de-açúcar.....	29
Figura 4 - Queima de um canavial em Piracicaba.....	30
Figura 5 - Emissão de material particulado e gases pela queima de um canavial....	31
Figura 6 - Mapa da colheita da safra 2012.....	33
Figura 7 - Imagens de onça parda resgatada em uma área de queima de cana em Promissão/SP.....	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Poluentes emitidos pela queima da palha da cana-de-açúcar e suas principais consequências para a saúde da população.....	74
Quadro 2 - Descrição dos processos e decisões judiciais analisadas em paisagem.....	102

1 INTRODUÇÃO

A lavoura de cana-de-açúcar foi introduzida no Brasil pelos portugueses como eixo da economia colonial, ainda no início do século XVI, fundamentado em experiências anteriores na colonização de Açores e Madeira (PRADO JUNIOR, 2012, p. 15). Expandiu-se enormemente por vastas regiões do país, impondo-se durante mais de dois séculos como a atividade econômica mais importante do Brasil. Entrou em crise no século XVII e voltou a recuperar-se no final do século XVIII. Ampliou-se por áreas novas como o centro-oeste paulista no século XIX e voltou a declinar com a expansão do café. Apesar de nunca voltar a ter o mesmo protagonismo econômico que no século XVII, a lavoura da cana sempre ocupou lugar de destaque na economia nacional, principalmente a partir do apoio governamental na década de 70, com o Programa Nacional do Álcool (Proálcool).

Na primeira década dos anos 2000, o setor sucroalcooleiro apresentou-se como um setor pujante e depositário das esperanças na busca frenética do tão almejado desenvolvimento brasileiro. O então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, chegou a considerar os usineiros desse setor como “heróis nacionais”¹.

Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e da UNICA, o Brasil é o maior produtor de cana-de-açúcar do mundo, produzindo mais de 632 milhões de toneladas por ano (safra 2014/2015); é responsável por mais da metade do açúcar comercializado no mundo, com 36 milhões de toneladas produzidas e 24 milhões de toneladas exportadas no ciclo 2014/2015. No caso do etanol, o País é o segundo maior produtor, superado somente pelos Estados Unidos.

A cana-de-açúcar é produzida em quase todo o país. No entanto, o Estado de São Paulo se coloca como líder, sendo responsável por mais de 60% da produção nacional (UNICA, 2008). Ou seja, a cultura canavieira vem ocupando grande parte das terras paulistas, tornando o Estado em um verdadeiro “Mar de cana”².

¹ Discurso presidencial no governo de Luiz Inácio Lula da Silva em Mineiros (GO), 20/03/2007. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90477.shtml>

² Expressão tomada de SILVA, 2005, referindo-se a artigo de jornal publicado na Folha de São Paulo, 15/09/04, Caderno Dinheiro, B. 12, em que o então Ministro de Agricultura, Roberto Rodrigues, teria afirmado que a intenção de levar o primeiro-ministro japonês a Ribeirão Preto/SP era para que ele visse que aí existe “um mar de cana” e é produzido “um rio de álcool” todos os dias.

Mas por trás da força econômica do setor, existe uma realidade muito preocupante; o processo produtivo canavieiro se dá imerso em um ambiente de desigualdades. Conforme explica Andrade (2013, p. 20), a produção canavieira se caracteriza pela “[...] intensa desigualdade social que resulta de seu modelo produtivo, gerador de renda e de concentração de renda como duas faces de um mesmo fenômeno social. Produz-se a riqueza e, no mesmo passo, reproduz-se a pobreza”.

Esse modelo produtivo, socialmente desigual, se utiliza de uma prática igualmente díspar: a queima da palha da cana-de-açúcar.

Para o empresariado canavieiro, esta prática se justifica por duas razões: primeiro, porque a queima facilita o corte da cana, ao eliminar por combustão as folhas e palhas presentes no vegetal, permitindo colher mais em menos tempo, diminuindo os custos de produção; segundo, porque a queima aumenta o teor de sacarose da cana, tornando-a mais produtiva.

Contudo, a queima é uma atividade que, como veremos adiante, produz sérios impactos sociais e ambientais que afetam o cortador e a sociedade de forma geral. Ou seja, é uma prática que, por um lado, beneficia economicamente o empresariado canavieiro, mas, por outro, socializa os prejuízos socioambientais dela advindos.

Do ponto de vista ambiental, a queima da palha de cana-de-açúcar lança na atmosfera grandes quantidades de vários poluentes comprovadamente prejudiciais à saúde³. Dentre eles o dióxido de carbono, CO₂, principal gás do efeito estufa, o monóxido de carbono, CO, gás reativo e tóxico em concentrações elevadas, o monóxido de nitrogênio, NO, óxidos de nitrogênio (NO_x), dióxido de enxofre (SO₂), metano (CH₄), hidrocarbonetos não metânicos, sulfatos, material particulado, compostos orgânicos voláteis (COV) e hidrocarbonetos aromáticos, HPAs. Estes gases, em contato com a ação ultravioleta solar, produzem ozônio, O₃, tóxico e também contribuinte ao efeito estufa, podendo provocar ou agravar doenças respiratórias, câncer, etc.. (KIRCHOFF; MARINHO, 1991; ARBEX, 2001; CANÇADO, 2003; PATERLINI, 2007).

³ Atualmente a queima da palha de cana-de-açúcar em várias cidades da região de Piracicaba/SP encontra-se proibida em virtude de decisão judicial prolatada pela 2ª Vara Federal de Piracicaba em processo nº 0002609.21.2012.403.6109. No entanto, vemos que algumas cidades vizinhas ainda realizam a queima, o que significa que ainda que um município proíba as queimadas, os efeitos deletérios dessa prática tenderão a esparzir-se para além de suas fronteiras.

No Município de Piracicaba/SP, foi comprovado que a principal fonte de poluição atmosférica advinha da queima da palha de cana-de-açúcar (CANÇADO, 2003). Prática que, segundo o mesmo autor, é igualmente responsável por efeitos adversos à saúde da população piracicabana, principalmente pelo surgimento ou agravamento de doenças respiratórias, o que, segundo ele, aumenta o número de internações no Sistema Único de Saúde (SUS), congestionando o já fragilizado serviço público de assistência médica (CANÇADO, 2003).

No entanto, como já mencionado, a prática é mantida por facilitar o corte da cana, de forma manual ou mecanizada, permitindo assim que se aumente a produção de cana mais rapidamente, aumentando os lucros e diminuindo os gastos do empresariado canavieiro.

Em virtude dos prejuízos socioambientais decorrentes dessa prática agrícola, as reivindicações judiciais para sua eliminação aumentaram. Nesse sentido, o Ministério Público Federal (MPF) e do Estado de São Paulo (MPSP) se tornaram atores políticos fundamentais, por meio da interposição de ações civis públicas, reivindicando perante o judiciário a efetivação ou garantia do direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e, ao mesmo tempo, criticando a omissão ou insuficiência do Poder Público na garantia desse direito.

No entanto, a atuação do Ministério Público na tutela de interesses difusos e coletivos tem sido alvo de críticas. Por um lado, devido à atuação de cunho paternalista por meio da qual a instituição se autoproclama defensora da cidadania e do interesse público, monopoliza as ações para a defesa de direitos difusos e coletivos, restringindo, dessa forma, as possibilidades de uma organização social na busca e construção da democracia (ARANTES, 2000). Por outro lado, denuncia-se o risco de exorbitância de atribuições, qual seja, o da substituição do próprio judiciário - possibilidade aberta pela combinação da atribuição de realizar o inquérito civil público com a legitimidade para proceder ao termo de ajustamento de conduta (WERNECK VIANNA; BURGOS, 2002, p. 441). Essas críticas ensejam duas ideias antigas e já conhecidas: (i) por um lado, a admissão de que a sociedade brasileira é uma sociedade incapaz, hipossuficiente ou imatura, e, pelo outro, (ii) há, então, a necessidade de um poder autônomo, que aja de forma paternalista e defenda aquela

sociedade incapaz e hipossuficiente das arbitrariedades e abusos tanto do Estado quanto de terceiros, e com isso reacenda históricos e viscerais debates sobre a democracia brasileira.

Apesar das críticas, o certo é que Nos pleitos pela proibição da queima da palha de cana-de-açúcar, especificamente, o Ministério Público se tornou ator político fundamental por meio da interposição de ações civis públicas reivindicando perante o judiciário a efetivação ou garantia do direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado para o benefício da sociedade e do meio ambiente e, ao mesmo tempo, criticando a omissão ou insuficiência do Poder Público na garantia desse direito.

Segundo Paulo Afonso Leme Machado (2010:574), o advento da ação civil pública permitiu que o Poder Judiciário prestasse a tutela jurisdicional necessária à proteção e defesa dos direitos difusos e coletivos, neste caso o meio ambiente ecologicamente equilibrado. Sem embargo, a prestação jurisdicional não tem sido satisfatória.

Durante a revisão documental para elaborar essa pesquisa, observou-se que, nas decisões dos pleitos pela proibição imediata da queima da cana-de-açúcar, é possível ver majoritariamente argumentos de viés conservador, cujos resultados permitem a continuidade da prática da queima, de modo a defender o empresariado canavieiro, apesar dos prejuízos socioambientais provenientes das queimadas. Baseados em leis infraconstitucionais, como a Lei 11.241/2002, que dispõe sobre a redução gradativa da queima da palha de cana-de-açúcar em um prazo de trinta anos, os magistrados mostram sua face mais conservadora.

Por outro lado, embora minoritária, há uma parcela de magistrados que opta pela proibição das queimadas da palha de cana-de-açúcar, baseados em dispositivos constitucionais, sinalizando a existência, ainda que embrionária, de novas concepções e visões de mundo no seio do poder judiciário e principalmente na forma de tratar as questões socioambientais. No entanto, algumas dessas proibições são condicionadas à realização de Estudo de Impacto Ambiental (EIA)⁴.

⁴ É um instrumento de gestão ambiental contemplado na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/1981) que visa avaliar o impacto ambiental de empreendimentos e atividades consideradas efetivas ou potencialmente causadoras de significativa degradação.

Diante desse panorama, propôs-se, como tema desta pesquisa, analisar a atuação do Poder judiciário na proteção socioambiental nos pleitos pela proibição das queimadas da palha de cana-de-açúcar.

Esclarece-se que, para o desenvolvimento desse tema central, o objeto de investigação foi limitado às decisões judiciais proferidas em ações civis públicas que requereram a proibição imediata da queima de palha de cana-de-açúcar no município de Piracicaba, Estado de São Paulo.

Uma vez delimitado o objeto de análise, qual seja, ações civis públicas que requereram a proibição imediata da queima de palha de cana-de-açúcar no município de Piracicaba, elaborou-se a seguinte pergunta de pesquisa:

- De que forma é usado o direito pelos magistrados para a proteção socioambiental nos casos da queima de palha de cana-de-açúcar no município de Piracicaba/SP? Ou seja, como os magistrados interpretam e aplicam o direito vigente nos pleitos pela proibição da queima da palha de cana-de-açúcar em Piracicaba/SP.

O direito contemporâneo, que surgiu com o advento da modernidade capitalista e foi concebido para garantir direitos de cunho individual, apresenta uma dificuldade para lidar com a complexidade das demandas por direitos difusos e coletivos (ainda que consagrados constitucionalmente). Dificuldade que se estende aos operadores de direito, em especial os magistrados. A partir disso, como possível resposta à pergunta de pesquisa formulada, sugeriu-se como hipótese, que os magistrados, ainda atrelados à formalismos e legalismos próprios desse modelo, tendem majoritariamente a assumir posturas conservadoras⁵ frente às ações judiciais sobre direitos difusos e coletivos, especialmente no que se refere à proibição da queima da cana-de-açúcar, independentemente do teor da decisão, isto é, seja ela permissiva ou proibitiva. Desse modo, ainda que se consagrem direitos para a proteção socioambiental ou quaisquer outros de caráter difuso, permanece a dificuldade do poder judiciário e seus operadores em tutelá-los. No Brasil, essa dificuldade toma contornos próprios na medida em que consideramos a singularidade do processo de formação social brasileiro.

⁵ Por posturas conservadoras entendemos aquelas que visam a reprodução do status quo.

Contudo, a pesquisa visou mais um diagnóstico da forma como vem sendo utilizado o direito para a proteção socioambiental no caso das queimadas de palha de cana-de-açúcar no município de Piracicaba, do que propriamente oferecer soluções para o problema apresentado.

Assim, adotou-se como objetivo geral analisar os fatores, as tendências e as fundamentações jurídico-ideológicas⁶ que permeiam as decisões judiciais nas ações civis públicas impetradas pelo Ministério Público (federal e estadual), nas quais se requereu a proibição imediata da queima da palha de cana-de-açúcar na região de Piracicaba. Especificamente, os objetivos deste trabalho são: (i) verificar sob quais argumentos jurídico-ideológicos os magistrados permitiram a queima da palha de cana-de-açúcar, ainda que cientificamente considerada prejudicial ao meio ambiente e à sadia qualidade de vida da sociedade; (ii) verificar sob quais argumentos jurídico-ideológicos os magistrados proibiram a queima da palha de cana-de-açúcar; (iii) examinar como tem sido a atuação do Ministério Público nesse tipo de ação.

O marco teórico-metodológico estará orientado pela perspectiva da totalidade, que pressupõe que o pensamento nunca avança em linha reta, pois toda verdade parcial só assume sua verdadeira significação por seu lugar no conjunto, da mesma forma que o conjunto só pode ser conhecido pelo progresso do conhecimento das verdades parciais. Assim, a marcha do conhecimento aparece como uma perpétua oscilação entre as partes e o todo, que se devem esclarecer e complementar mutuamente (GOLDMANN, 1979).

Nesse sentido serão resgatadas as raízes históricas do pensamento jurídico atual, o que nos remete ao pensamento moderno, por ser este o primeiro capítulo de um só sistema de relações sociais e econômico-produtivas que perdura até hoje, o capitalismo (MASCARO, 2002:13). Com esse pano de fundo histórico, destacaremos as particularidades do processo singular de modernização no Brasil, periferia do capital (MANDEL, 1985).

⁶ Apesar do termo “ideologia” estar em um constante processo de debate devido à complexidade do conceito, nesta dissertação se fará uso da concepção elaborada por Michel Lowy (2003), que a entende como visão social de mundo, podendo ser de dois tipos: ideológicas, quando servissem para legitimar, justificar, defender ou manter a ordem social; e utópicas, quando tivessem função crítica, negativa, subversiva, quando apontassem para uma realidade ainda não existente.

Na análise das decisões judiciais será empregada a abordagem marxista da filosofia da linguagem, já que é capaz de proporcionar uma fecunda imersão não só no que se *diz* mas nas condições de produção desse *dizer*, valorizando a função socioideológica da palavra, permitindo vislumbrar a visão social de mundo de quem a emprega ou de um grupo social ao qual o autor pode ou não pertencer (VOLOCHINOV, 1929; GOLDMANN, 1979). Quem fala?, de onde fala? e a quem se está falando? são perguntas que norteiam este capítulo.

Para atingir os objetivos propostos, foram levantadas, junto aos órgãos jurisdicionais da cidade de Piracicaba, as ações civis públicas existentes e que requeriam a proibição das queimadas. O sistema de consulta arrojou ações impetradas tanto contra pessoas físicas como jurídicas. No entanto, optou-se por selecionar aquelas ações em que figurassem como requeridas pessoas jurídicas, ou seja, agropecuárias e usinas dedicadas ao cultivo e industrialização da cana-de-açúcar. Nesses padrões, a pesquisa arrojou a existência de quatro processos: (i) processo número 451.01.2007.020804-5, que tramita na 3ª Vara Cível de Piracicaba; (ii) processo número 451.01.1996.009483-9, que tramita na 4ª Vara Cível de Piracicaba; (iii) processo número 925/1995, que tramita perante a 5ª Vara Cível de Piracicaba; e (iv) processo número 0002693-21.2012.403.6109, que tramita na 2ª Vara Federal de Piracicaba⁷.

Desses processos, foi extraída para análise a totalidade de manifestações judiciais, arrojando o número de vinte e um (21).

O marco inicial para a seleção dos casos foi escolhido a partir do surgimento da Lei da ação civil pública, em 1985, instrumento jurídico voltado à defesa de direitos difusos e coletivos, em sede jurisdicional até 2014, quando foi finalizada a pesquisa empírica desta dissertação.

Isto posto, a presente dissertação está estruturada em três capítulos. No Capítulo I, apresentam-se breves considerações sobre aspectos fundamentais para o desenvolvimento desta dissertação: inicialmente e para situar o leitor, trataremos (i) da indústria da cana-de-açúcar na região de Piracicaba; posteriormente mostraremos

⁷ Atualmente os três primeiros processos tramitados na justiça estadual estão arquivados, vista a existência de processo federal que versa sobre o mesmo objeto e com o mesmo propósito. Este último, no entanto, encontra-se concluso para decisão no Tribunal Regional Federal da 3ª Região desde 21 de maio de 2014.

(ii) em que consiste a técnica da queimada da palha de cana-de-açúcar e quais são seus principais efeitos deletérios para o ambiente e para a sociedade; (iii) breves apontamentos sobre a evolução histórica da proteção jurídica do ambiente no Brasil e (iv) algumas considerações sobre a legalidade da queima da cana-de-açúcar.

No Capítulo II, serão apontados alguns (v) aspectos do direito na modernidade, para posteriormente caracterizar de forma sucinta as (vi) características desse processo de modernização no contexto social brasileiro. Igualmente, trataremos brevemente da (vii) atuação do Ministério Público na defesa dos direitos difusos e coletivos, especialmente na defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado (Art. 225 CF).

No Capítulo III serão abordadas (viii) questões essenciais sobre a linguagem e sua função socioideológica, para que, posteriormente, como diretrizes teóricas, norteiem a análise das decisões judiciais.

A pesquisa aqui desenvolvida é relevante e justifica-se, na medida em que constitui-se como um importante ponto de partida para a construção de novos caminhos e concepções sobre o direito, o judiciário e sua relação com a sociedade na defesa dos direitos difusos ou coletivos mas, de forma geral, para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2 CANA-DE-AÇÚCAR: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

2.1 A cana-de-açúcar na região de Piracicaba:

A região de Piracicaba é um grande polo de produção de açúcar e álcool. O município abriga várias empresas sucroalcooleiras de grande porte, como Raizen, Cosan, Usina Furlan, etc.. Sedia também a primeira planta de etanol de segunda geração do Brasil⁸.

No mapa abaixo, extraído do sítio eletrônico do programa CANASAT, evidencia-se que, com exceção do perímetro urbano, o solo do município é predominantemente ocupado por cana-de-açúcar.

Figura 1. Mapa do cultivo no município de Piracicaba/SP, na safra de 2013.

Fonte: CANASAT, 2013.

O cultivo de cana-de-açúcar no município de Piracicaba apresenta uma trajetória de crescimento constante e ocupava, em 2009, 76% da área total agrícola (BENEDITO; SOUZA, 2010).

⁸ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/07/1658707-dilma-inaugura-fabrica-de-etanol-de-segunda-geracao-em-piracicaba.shtml>

Dessa maneira, a cultura canavieira domina a região. Sua crescente e constante expansão territorial influencia também o imaginário social dos piracicabanos. Nesse sentido, a cana passa a ser sinônimo de oportunidades de trabalho, crescimento econômico, desenvolvimento, etc., e apesar de prejuízos socioambientais decorrentes do processo produtivo canavieiro, a população tende a justificar e reivindicar a necessidade e permanência deste setor.

Para promover esse valor positivo sobre a cana foi inaugurado recentemente em Piracicaba/SP o Museu da Cana-de-Açúcar. Ele é patrocinado por empresas do setor sucroalcooleiro, como Cosan, Raizen, Usina Colorado, Usina Alta Mogiana, Usina Santa Lúcia, Copersucar, Única, além de outras empresas vinculadas ao ramo, como Syngenta, Dedini, Caterpillar, Caldema, KPMG e algumas organizações públicas. Um dos principais objetivos do projeto é resgatar a história e valorizar a identidade cultural ligada à produção da cana-de-açúcar, de modo, inclusive, a afirmar que o desenvolvimento de Piracicaba se deve à “onda verde” (expansão das plantações de cana) no interior do Estado de São Paulo. Portanto, fica clara a pretensão de incorporar no imaginário social a associação entre cana e crescimento, desenvolvimento e riqueza⁹.

2.2 A queima da palha de cana-de-açúcar

A cana-de-açúcar é um vegetal que, em estágios avançados de desenvolvimento, apresenta uma grande quantidade de folhas e de palha ao redor do seu caule (figura 2). Essas folhas e palha dificultam a colheita da cana, por obstruírem o acesso ao caule (figura 3), que é precisamente a parte do vegetal aproveitada no processamento industrial de açúcar e álcool (ANDRADE,2013).

⁹ Disponível em <http://museudacanadeacucar.com.br/>

Figura 2 - Folhas e palha de cana-de-açúcar

Fonte: <http://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2012/07/queima-de-cana-segue-proibida-em-20-cidades-da-regiao-de-piracicaba-sp.html>

Figura 3 - Caule de Cana-de-açúcar

Fonte: <http://agrotec.pt/wp-content/uploads/2013/04/sugarcane.jpg>

A queima dos canaviais (figura 4) ocorre justamente com o objetivo de eliminar essas folhas e palhas que recobrem o caule, para facilitar a colheita (manual ou mecânica) e torná-la mais produtiva, além de reduzir os custos de produção, uma vez que se evita o transporte desnecessário de partes de matéria inaproveitável para a produção de açúcar e álcool em grande escala¹⁰.

¹⁰ No entanto, atualmente existem muitas e importantes utilidades dadas à palha.

Figura 4 - Queima de um canavial em Piracicaba

Fonte: Ação Civil Pública nº 0002693.21.2012.403.6109 da 2ª Vara Federal de Piracicaba/SP.

Contudo, as queimadas emitem uma grande quantidade de gases prejudiciais à atmosfera, afetando o ambiente e a saúde pública (figura 5). Dentre esses gases estão o dióxido de carbono, CO_2 , principal gás do efeito estufa, e o monóxido de carbono (CO), gás reativo e tóxico (KIRCHOFF; MARINHO, 1991). Tais autores também indicam que esses e outros gases tóxicos, sob a ação ultravioleta solar, podem produzir grandes quantidades de ozônio (O_3), igualmente tóxico. Outro produto maléfico resultante da queima é o material particulado (popularmente conhecido como carvãozinho). Esse material é composto por partículas minúsculas de caráter sólido e líquido, que não são retiradas pelos filtros naturais das vias respiratórias superiores e, ao penetrarem no interior do aparelho respiratório, causam danos à sua função e estrutura (ARBEX, 2001). Em relatório sobre a qualidade do ar em Piracicaba no ano de 2009, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) indicou a queima da palha de cana como uma das principais fontes de poluição atmosférica e responsável por grande concentração de material particulado inalável¹¹.

¹¹ Disponível em <<http://www.cetesb.sp.gov.br/ar/qualidade-do-ar/31-publicacoes-e-relatorios>>, acesso em 15/08/2014.

Figura 5 - Emissão de material particulado e gases pela queima de um canavial

Fonte: Ação Civil Pública nº 0002693.21.2012.403.6109 da 2ª Vara Federal de Piracicaba/SP.

Segundo Arbex (2001), também são resultantes da queima os denominados hidrocarbonetos policíclicos aromáticos ou HPAs. Segundo ele, esses compostos, entre os quais o mais conhecido é o benzopireno, podem induzir o aparecimento de câncer na espécie humana. Com potencial igualmente cancerígeno, o autor indica a presença de aldeídos, composto químico resultante da oxidação parcial dos álcoois e extremamente irritante para as mucosas do ser humano, causando irritação no olho, nariz, garganta e vias respiratórias em geral.

Ainda são provenientes das queimadas da cana-de-açúcar gases como monóxido de nitrogênio (NO), óxidos de nitrogênio (NO_x) e dióxido de enxofre (SO₂), responsáveis por vários tipos de doenças respiratórias, como traqueítes, bronquites e enfisemas pulmonares (ARBEX, 2001).

Se isso não bastasse, esses poluentes podem provocar câncer de pele pela contaminação dérmica, além de prejudicarem o raciocínio, a percepção, diminuir os reflexos, reduzir a destreza manual, gerarem sonolência e, em altas concentrações, provocar até mesmo a morte de indivíduos (ZAMPERLINI, 1997; ARBEX, 2001; CANÇADO, 2003; CRISTALE, 2008; RIBEIRO, 2008).

Ademais, segundo Lara (2001), a queima da palha de cana-de-açúcar contribui com a precipitação de chuva ácida na região, repercutindo negativamente na bacia hidrográfica do Rio Piracicaba, em prejuízo do solo, da fauna e da flora.

Em 2003, foi comprovado que a principal fonte de poluição atmosférica na cidade de Piracicaba é a queima da palha da cana-de-açúcar e que, em razão dessa prática, o município tem maior número de internações hospitalares de crianças e idosos por doenças ou sintomas respiratórios (CANÇADO, 2003).

Para o cortador de cana, os efeitos acima apontados se elevam, pois ele está em contato íntimo com o canavial queimado, correndo ademais o risco de sofrer queimaduras na pele, desidratação, etc..

Bosso et al (2004) constataram que cortadores de cana saudáveis e não-fumantes que trabalhavam em canaviais do Estado de São Paulo, na época da colheita, apresentavam substâncias na urina que indicavam a intensa exposição à HPAs genotóxicos e mutagênicos, e que, fora do período de colheita, estes teores eram bem menores. Segundo os autores, o estudo comprovou que as condições de trabalho expõem os cortadores de cana a poluentes que levam ao risco potencial de adoecimento, principalmente por problemas respiratórios e câncer de pulmão. Os efeitos maléficos da queima se potencializam pelo fato de ela ser realizada nos meses mais secos do ano. Assim, a atividade, que já é insalubre, torna-se ainda mais nociva à saúde, com as condições climáticas adversas.

Apesar de a queima de palha de cana-de-açúcar no município de Piracicaba estar proibida desde 2012¹², nesse mesmo ano verificou-se que cerca de 17% da área de lavouras de cana foi colhida após a queima da palha. Na figura abaixo, referente à colheita da safra de 2012, pode-se verificar que de 49.969 hectares (ha), 33.461 ha foram colhidos com cana crua e apenas 8.479 ha com queima prévia. No entanto, localidades e municípios vizinhos continuavam a colher majoritariamente com queima prévia.

¹² Por decisão judicial em processo nº 0002693.21.2012.403.6109 da 2ª Vara Federal de Piracicaba/SP.

Figura 6 - Mapa da colheita da safra 2012

Fonte: INPE, CANASAT, 2012.

2.3 Breve evolução histórica da proteção jurídica do ambiente no Brasil

No Brasil Colônia vigorou a legislação do Reino até o advento do Código Civil de 1916 (MILARE, 2014:237). As leis do reino mostravam incipiente preocupação com o meio ambiente, tipificando, por exemplo: o corte de árvores de frutos como crime de injúria ao rei (Ordenações Afonsinas); a proibição de caça de certos animais como perdizes, coelhos e lebres com instrumentos capazes de causar-lhes a morte com dor e sofrimento; o impedimento de comercializar colmeias sem a preservação da vida das abelhas (Ordenações Manuelinas); proibição de jogar material que pudesse matar os peixes e sua criação ou sujar as águas dos rios e das lagoas (Ordenações Filipinas).

No Brasil Imperial registraram-se alguns elementos novos na legislação referente ao meio ambiente, como, por exemplo, o Código Criminal de 1830, penalizando o corte ilegal de madeira; a Lei 601 de 18 de setembro de 1850, que

dispõe sobre o uso do solo, disciplinando a ocupação do território, com preocupação sobre invasões, desmatamentos e incêndios criminosos (MILARE, 2014:238).

No período Republicano, o Código Civil de 1916 se impõe como diploma legal mais significativo para a tutela jurídica do meio ambiente, instituindo várias normas destinadas, fundamentalmente, à proteção de direitos privados na composição de conflitos de vizinhança (MILARE, 2014).

No final da década de 1960, a legislação ambiental brasileira será influenciada por lutas e mobilizações de outros países mais avançados na proteção ambiental (GOMES, 1999). Nesse sentido, Paulo de Bessa Antunes (2014) lembra a repercussão internacional que tiveram os movimentos populares europeus, norte-americanos e japoneses a partir de 1960 e que influenciaram as mobilizações ambientalistas no Brasil na década de 70 do século XX.

Não houve, contudo, até o advento da Lei nº 6938/1981, que instituiu a Política Nacional do Meio ambiente, um marco legislativo autônomo específico e global referente à temática ambiental, apenas leis dispersas tratando alguns dos elementos do meio ambiente como água, caça, pesca, florestas, agrotóxicos, relações de vizinhança, etc..

A falta de um marco legislativo específico influiu bastante na atuação jurisdicional em matéria ambiental, uma vez que até a década de 1980 não havia nenhum posicionamento judicial de cunho protecionista em relação ao meio ambiente. Existiam, como se disse anteriormente, ações dispersas na área cível que contemplavam pontualmente alguma matéria ambiental. Foi o caso de litígios envolvendo áreas rurais entre vizinhos, uso de águas, etc.. No caso criminal, a maioria das ações impetradas versava sobre poluição de rios ou afetação de outros bens naturais.

Foi, portanto, a partir da Política Nacional do Meio Ambiente que inaugurou-se um marco jurídico de concepção holística sobre o meio ambiente, isto é, o meio ambiente passa a ser considerado como sistema ecológico integrado e passível de proteção integral por meio de dois instrumentos, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e a ação judicial de responsabilidade civil objetiva por dano ambiental (BRASIL, 2005).

Com esse mesmo espírito, em 1985 entrava em vigor a Lei nº 7347, instituindo a Ação Civil Pública (ACP) e o Inquérito Civil (IC) como ferramentas processuais para a garantia dos direitos difusos, dentre eles o meio ambiente. No entanto, os juízes reagiam com timidez, porque não se encontravam preparados para o tratamento destas questões cada vez mais complexas, chegando, em muitos casos, a necessitar de conhecimentos auxiliares de outras disciplinas diferentes do direito. Ante essa situação criou-se um impasse entre o Ministério Público, que se organizava e se especializava e instituíam as Promotorias do Meio Ambiente e os juízes, que atrelados ao modelo tradicional de ensino do Direito, em muitas oportunidades, nem tinham tomado contato com a matéria ambiental em suas faculdades (FREITAS, 2009).

Posteriormente, de maior relevância para o direito ambiental brasileiro foi o advento da Constituição Federal de 1988, dedicando um capítulo inteiro ao tema (Capítulo VI- denominado “Do Meio Ambiente” – do Título VIII – denominado “Da Ordem Social”).

A partir do marco constitucional, segundo Milare (2014), somaram-se novos diplomas legais de todos os níveis voltados à proteção integral do meio ambiente. Alguns dos mais expressivos em nível federal são:

- ✓ Lei 7.735, de 22.02.1989 – cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
- ✓ Lei 7.082, de 11.07.1989, alterada pela Lei 9.974, de 06.06.2000 – Lei de Agrotóxicos, regulamentada pelo Decreto 4.074, de 04.01.2002;
- ✓ Lei 8.723 de 28.10.1993, alterada pelas Leis 10.203 de 22.02.2001 e 10.696 de 02.07.2003 – redução de emissão de poluentes por veículos automotores;
- ✓ Lei 8.746 de 09.12.1993 – cria o Ministério do Meio Ambiente;
- ✓ Lei 9.433 de 08.01.1997 – Política Nacional de Recursos Hídricos;
- ✓ Lei 9.478 de 06.08.1997, alterada pelas Leis 11.097 de 2005, 12.351 de 2010 e 12.490 de 2011 – Política Energética Nacional;
- ✓ Lei 9.605 de 12.02.1998 – Sanções Penais e Administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente;
- ✓ Lei 9.795 de 27.04.1999 – Política Nacional de Educação Ambiental;
- ✓ Lei 9.966 de 28.04.2000 – Prevenção, controle e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional;

- ✓ Lei 9.984 de 17.07.2000, alterada pela Lei 10.871 de 20.05.2004 – Criação da Agência Nacional de Aguas – ANA;
- ✓ Lei 9.985 de 18.07.2000 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, regulamentada pelo Decreto 4.340 de 22.08.2002;
- ✓ Lei 11.105 de 24.03.2005 – Lei da Biossegurança;
- ✓ Lei 11.284 de 02.03.2006 – Gestão de Florestas Públicas para a produção sustentável;
- ✓ Lei 11.428 de 22.12.2006 – Utilização e proteção da vegetação nativa do bioma mata atlântica;
- ✓ Lei 11.445 de 05.01.2007 – Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico;
- ✓ Lei 11.794 de 08.10.2008 – Procedimentos para o uso científico de Animais;
- ✓ Lei 12.187 de 29.12.2009 – Política Nacional sobre Mudanças do Clima – PNMC, regulamentada pelo Decreto 7.390 de 09.12.2010;
- ✓ Lei 12.305 de 02.08.2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, regulamentada pelo Decreto 7.404 de 23.12.2010.

Dessa forma, a partir da entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, aumentaram consideravelmente as ações e demandas para a defesa do meio ambiente. Nesse sentido, alguns estados criaram varas especializadas em meio ambiente para apreciar e julgar tais contendas. No Estado de São Paulo instituiu-se um Colegiado de Segundo Grau especializado na matéria. Assim, em 2005, instou-se a Câmara Especial do Meio Ambiente.

À nova Câmara lhe incumbia conhecer e julgar as causas cíveis de natureza ambiental. Segundo o próprio TJSP, devido aos excelentes resultados obtidos com a primeira Câmara Especializada, em 2012 cria-se a 2ª Câmara Especializada em Meio Ambiente e dessa forma “honrando as tradições da corte paulista em estar sempre à frente na definição de aspectos importantes para a convivência social”¹³.

É nítido, pois, que ao longo da história do Brasil houve diferentes formas de regimes jurídicos para a proteção ambiental, alguns dispersos e outros como os

¹³ Notícia veiculada pelo Departamento de Comunicação Social do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 21/08/2012. Disponível em <http://www.tjsp.jus.br/institucional/canaismunicacao/noticias/noticia.aspx?id=15374>

atuais, de caráter integral. No entanto, “a distância entre a estrutura formal e a real neutralizou, em grande parte, o espírito e a letra dessa lei” (MILARE, 2014:23).

Nesse sentido e para finalizar, considera-se muito apropriada a reflexão de Edis Milare (2014):

“Não basta, entretanto, apenas legislar. É fundamental que todas as pessoas e autoridades responsáveis se lancem ao trabalho de tirar essas regras do limbo da teoria para a existência efetiva da prática real; na verdade, o maior dos problemas ambientais brasileiros é o desrespeito generalizado, impunido ou impunível, à legislação vigente. É preciso, numa palavra, ultrapassar a ineficaz retórica ecológica – tão inócua quanto aborrecida- e chegar às ações concretas em favor do ambiente e a vida. Do contrário, em breve, nova modalidade de poluição – a “poluição regulamentar” - ocupará o centro de nossas preocupações” (MILARE, 2014:171).

2.4 Da (i)legalidade das queimadas da palha de cana-de-açúcar

Como visto no item anterior, a Constituição brasileira de 1988 dá início a uma nova ordem jurídica na matéria ambiental ao incluir todo um capítulo (Capítulo IV - do meio ambiente, do Título VIII-Da Ordem Social) especificamente para este tema. Consagra-se, com isso, o direito difuso (art. 129) ao “meio ambiente ecologicamente equilibrado” e de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida, e determina-se como dever do poder público e da coletividade defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Art. 225 CF).

Por que uma prática com alto grau de impacto socioambiental, como as queimadas da palha de cana-de-açúcar, é mantida, ainda que em evidente afronta ao mandato constitucional de defesa e preservação do meio ambiente (Art. 225 CF)?

Em âmbito federal as queimadas da palha de cana-de-açúcar foram permitidas com fundamento no artigo 27 do Código Florestal de 1965¹⁴, em virtude da exceção contida no parágrafo único que autorizava o uso do fogo sempre que peculiaridades locais ou regionais assim o justificassem, desde que autorizado pelo Poder Público.

Posteriormente, o mencionado artigo passou a ser regulamentado pelo Decreto nº 2.661, de 8 de julho de 1998, que estabelece normas de precaução relativas ao emprego do fogo em práticas agropastoris e florestais. Nesse dispositivo legal, continha-se como regra a proibição do uso do fogo em florestas e demais formas de vegetação (Art. 1). Contudo, já que toda regra tem sua exceção, o emprego do fogo, como método despalhador e facilitador do corte de cana-de-açúcar em áreas

¹⁴ Atual artigo 38 da Lei 12.651 de 2012.

passíveis de mecanização da colheita, será eliminado de forma *gradativa* (Art. 16). Ou seja, a queima da palha da cana-de-açúcar manteve-se legitimada e autorizada pelo poder público.

Ante a anuência do estado para a persistência da prática, Andrade (2013) narra como, em pleno processo de redemocratização no Brasil, organizou-se no Estado de São Paulo uma significativa oposição popular à prática agrícola da queima da cana, mobilizada pela gravidade dos efeitos adversos advindos da queima em uma época de intensa estiagem. Mobilização que culminaria com a entrega de um abaixo-assinado ao governo de São Paulo em 1988, em que se requeria o fim imediato das queimadas de cana no estado.

A resposta às mobilizações foi a edição do Decreto Estadual nº 28.848/88, promulgado em 30 de agosto de 1988 pelo então governador Orestes Quércia (PMDB), em que se proibiam as queimadas em todo o estado. No entanto, o governador justificou tal medida em razão do aumento do risco de incêndio oriundo da queima em um período de intensa estiagem que assolava o estado.

A proibição durou 20 dias. Em 20 de setembro de 1988 entrava em vigor o Decreto nº 28.895/1988, que regulamentou o Decreto nº 28.848/1988, e a prática voltou a ser permitida no Estado de São Paulo (ANDRADE, 2013). O novo decreto, contudo, vedou a prática em uma faixa de um quilômetro do perímetro urbano das cidades.

Em 1997 foi editado o Decreto Estadual nº. 41.719/97, que dispõe sobre o uso, conservação e preservação do solo agrícola. A regra desse decreto é evitar as queimadas, mas ele também estabelece a exceção, definindo em seu artigo 5º que as queimadas “só serão toleradas quando autorizadas previamente pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento [...]” (BRASIL, 1997).

No mesmo ano, foi alterada a redação do artigo 5º do Decreto nº. 41.719/97, por meio do Decreto nº. 42.056, que igualmente passou a revogar os Decretos nº. 28.848/88 e 28.895/88. Tal Decreto, além de repetir a possibilidade de se permitir a realização de queimadas exclusivamente nas hipóteses anteriormente fixadas, preconizou a redução, ao longo do período que estipulou, da queima da palha da cana-de-açúcar.

Para Andrade (2013), a aceitação de redução da queima da palha de cana-de-açúcar por parte do setor canavieiro não passou de uma jogada tática, com o objetivo de garantir o prolongamento da utilização politicamente segura dessa prática agrícola. Segundo ele, os termos desse novo posicionamento tático do empresariado canavieiro encontram-se documentados e foi a análise desse material que lhe permitiu perceber “o conteúdo falacioso de uma proposta de eliminação que visa, na realidade, permitir a queima da cana” (ANDRADE, 2013:54). Em suas palavras:

“O caráter essencial da eliminação gradativa proposta pelo empresariado é, desse modo, afirmar que se quer eliminar a queima para legitimar a sua utilização. As reivindicações estão assim formuladas porque, segundo a racionalidade proprietário-capitalista, a alternativa para manter a lucratividade setorial sem a queima da cana é mecanizar a colheita, substituindo trabalhadores por colheitadeiras, com o que se compensa o aumento de custos vinculado à não adoção da queima prévia pela diminuição de custos ligada à colheita mecânica” (ANDRADE, 2013:57).

Portanto, a redução aceita pelo setor canavieiro e legitimada no Decreto Estadual nº 41.719/97 permitirá a substituição progressiva e realmente confortável da queima pela mecanização, sem serem afetados em sua margem de lucro.

Em 1998, o executivo federal aprova o Decreto Federal nº 2.661/1998, que previa a eliminação gradativa da queima da cana-de-açúcar em 20 anos.

Em 2000, foi promulgada Lei Estadual nº 10.547/00, que reformulou a eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, passando a permitir a queima em qualquer atividade agrícola sempre que devidamente controlada. Esta lei foi regulamentada em 2001 por meio do decreto estadual nº 45.869/01.

Em 2002 é sancionada a lei nº 11.241/2002, atualmente vigente, que rege sobre a eliminação gradativa da queima da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo. Esta lei permite a queima por 20 anos em áreas mecanizáveis, ou seja, até o ano 2021, e 30 anos em áreas não mecanizáveis, isto é, até 2031.

A partir de 2003, começaram a proliferar leis municipais que vedavam a prática da queima da cana-de-açúcar expressamente¹⁵. Em Piracicaba, essa proibição se deu no ano de 2006 por meio da Lei Complementar nº 178, que disciplina o Código de

¹⁵ Americana em 2003 (Lei n. 3.812/03); Botucatu em 2003 (Lei n. 4.446/03); Ribeirão Preto em 2004 (Lei n. 1.616/04); Limeira em 2005 (Lei n.3.969/05); São José do Rio Preto em 2006 (Lei n. 9.721/06); Cedral em 2007 (Lei n. 1.911/07); Mogi Mirim em 2007 (Lei n. 4.518/07) (ANDRADE, 2013).

Posturas do Município e dá outras providências. O artigo 159 estabelece que “a ninguém é permitido atear fogo em matas, capoeiras, lavouras, campos alheios ou terrenos baldios” (PIRACICABA, 2006).

Entretanto, as mencionadas leis de caráter municipal vêm sendo progressivamente atacadas por meio de Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs), cujo teor alega que constitucionalmente o município não poderia legislar de forma contrária a dispositivos hierarquicamente mais elevados, ou seja, os municípios não poderiam proibir as queimadas, pois já existiria lei estadual que regulasse a matéria dispondo sobre sua eliminação gradativa (Lei 11.241/2002). Entretanto, uma análise incisiva do artigo 30 da Constituição Federal de 1988 tem suscitado um intenso debate sobre a possibilidade de legislar do município sobre assuntos de interesse local, outorgando-lhe plena validade e eficácia aos dispositivos legais municipais que proíbem a queima da palha de cana-de-açúcar.

Em 2007, foi assinado entre o então governador de São Paulo (José Serra, do PSDB), o secretário do meio ambiente (Francisco Graziano Neto), o secretário de agricultura e abastecimento (João de Almeida Sampaio Filho) e o empresariado canavieiro o protocolo agroambiental do setor sucroalcooleiro paulista. Esse documento prevê a eliminação da queima da cana-de-açúcar nas áreas mecanizáveis no ano de 2014, e nas áreas não mecanizáveis no ano de 2017, estabelecendo metas parciais de redução para o ano de 2010.

É importante lembrar a natureza jurídica do protocolo. Ele não é uma lei, senão apenas um protocolo de cooperação de adesão voluntária e sem previsão de sanções caso venha a haver descumprimento.

Houve várias justificativas dadas pelas partes: segundo o governo, a principal questão era reduzir os impactos das atividades canavieiras em populações próximas às plantações, visto o aumento de incidência de doenças respiratórias; já para os empresários, tal antecipação responde à estratégia comercial global de ingresso em mercados externos, notadamente os Estados Unidos e a União Europeia (PEROSA, FREDO E BELIK, 2012). Nesse sentido, o então secretário do Meio Ambiente, Francisco Graziano, no 9º Congresso de Agrobusiness na cidade de Brasília/DF, em 2007, assim se pronunciou:

“Há uma lei no estado de São Paulo que permite que a queima de cana se estenda até 2031. Procuramos o setor e propusemos que ao invés de mudarmos a lei- porque nem

sempre a lei é cumprida- que assumíssemos uma conduta ambiental. Esta mudança de postura também é necessária porque os países importadores não comprarão nossos biocombustíveis se a origem de produção não for ambientalmente ou ecologicamente adequada. Então a questão ambiental é, e será cada vez mais uma barreira comercial”¹⁶.

Os novos interesses comerciais mundiais se impuseram nas lavouras de cana, e, em vista disso, o empresariado canavieiro precisou esverdear-se. Desse modo, é o protocolo agroambiental que certifica e legitima o caráter ecologicamente correto da produção canavieira e, como denominado por Andrade (2013), é um documento feito para “inglês ver”.

O breve apanhado sobre a regulamentação das queimadas no Estado de São Paulo permite ver o processo de consolidação e legitimidade das queimadas. Esse processo não se deu de forma pacífica, bem seja por contradições afloradas pela sociedade ou pelo próprio estado no caso dos códigos de postura municipais. Entretanto, nessas contradições, que resultaram em arranjos político-jurídicos, sempre houve um vitorioso: o empresariado canavieiro, que de uma ou de outra maneira teve seus interesses contemplados legalmente, ainda que em evidente contradição com a Constituição Federal.

¹⁶ Disponível em <http://sna.agr.br/congresso/9-congresso-de-agribusiness/>

3 DIREITO NA MODERNIDADE

A ruptura do feudalismo ensejou novas demandas sociais e perspectivas filosóficas diversas das medievais (MASCARO, 2002). Passava-se portanto de um sistema estático caracterizado por concessões verticais sucessivas em que cada grupo social possuía o seu próprio marco regulador (LE GOFF, 1990), para uma emergente dinâmica social, política e econômica assente nas relações de troca, comércio, conquista de novos territórios.

Iniciava-se portanto a época moderna, caracterizada, no plano econômico, pelo primado do modo de produção capitalista e no plano dos valores e das ideias, pelo individualismo, consolidando “grandes matrizes do pensamento filosófico que acompanham até hoje o discurso comum da filosofia do direito: individualismo, direitos subjetivos, limitação do estado pelo direito, universalidade dos direitos, anti-absolutismo, contratualismo” (MASCARO, 2002:21).

Para fins didáticos, dividiremos este capítulo em duas subseções. Primeiramente abordaremos as principais especificidades do processo de desenvolvimento do direito moderno no Estado Liberal e, depois, no Estado de Bem Estar Social, para, por fim, discutir sua crise no mundo contemporâneo.

3.1 O Direito no Estado Liberal

No plano jurídico, uma das principais manifestações da moderna ordem capitalista, base do direito moderno, foi o Direito Natural¹⁷, moldado de acordo com os interesses da nascente burguesia. Para Mascaro (2002), o Direito Natural moderno pode resumir-se nos seguintes princípios:

- A ideia de um direito saído da razão e não da fé nem do costume ou da natureza das coisas.
 - A ideia de uma base individual, ou seja, o indivíduo como medida do mundo.
- Um indivíduo atomizado sem nexos social e depositário da razão.

¹⁷ O direito natural não é produto da modernidade, ele já existia muito antes. Segundo Roberto Lyra Filho (1982), o direito natural apresenta-se sob três formas: a) Direito Natural Cosmológico, originado segundo a natureza das coisas e a ordem cósmica do universo, por exemplo a escravidão, naquelas sociedades em que o escravagismo é o modo de produção econômica e base da estrutura assente; b) Direito Natural Teológico, prevalecendo na Idade Média, servia muito bem à estrutura aristocrático-feudal e c) Direito Natural Antropológico, consolidado no alvorecer do capitalismo, em que a figura central é o indivíduo e sua racionalidade/inteligência.

- A ideia de que o direito natural tem caráter universal e eterno, pois, tomando como medida o indivíduo racional, este é sujeito de direitos oponíveis a terceiros, inclusive contra o estado.

Assim, o direito natural se tornou expressão jurídica da racionalidade moderna, colocando o indivíduo (independente de vínculos sociais) como a medida de todas as coisas e tornando-se o escudo protetor dos direitos individuais, como a liberdade e a igualdade. Nesse sentido, afirma Mascaro (2012) que:

“A busca moderna é a da certeza racional de certos direitos. A liberdade, alavanca das possibilidades negociais burguesas, deverá ser dita um direito natural do homem, sendo que as normas absolutistas que a cerceiam devem ser proscritas. A igualdade perante a lei, fundamento da mercancia burguesa, deverá ser elevada à condição de direitos natural, e o privilégio posto à margem da história jurídica moderna. A propriedade privada e a segurança das relações jurídicas devem ser declaradas direitos universais. Todo movimento social burguês na idade moderna quer a estabilidade e a universalidade das leis como formas de escapar às vontades absolutistas” (p. 45).

Ou seja, o direito dentro do Estado Liberal cumpre uma função legitimadora da racionalidade da nascente burguesia, ao afirmar como princípios básicos da sua organização e funcionamento a individualidade, a liberdade negocial e a igualdade formal. Isto fica claro no conteúdo da Declaração dos direitos do homem e do cidadão de 1789.

O direito natural tem seu ápice filosófico em Kant, que reconhece em seus imperativos categóricos as normas alcançadas pelos indivíduos no uso de sua capacidade racional. Para ele, o mundo regido pelas normas de direito natural saídas racionalmente dos imperativos categóricos individuais e seguidas pelo estado conduziria, no fundo, a uma sociedade universal, em toda a terra, e à conquista da paz perpétua (MASCARO, 2012:68).

A negação do direito natural como produto racional do indivíduo encontra sua mais radical expressão no positivismo jurídico, que passa a considerar que o direito não emana da racionalidade individual, senão que emana, como afirma Hegel, do Estado, pois este é unidade racional em si e para si. Mascaro (2012) ressalta o pano de fundo de tal mudança:

“A burguesia tomando o poder, nos fins do século XVIII, como na Revolução Francesa, e, em vez de instaurarem o tal definitivo direito natural do indivíduo, depositaram esse “direito natural” em códigos e leis estatais” (p. 88).

Segundo Bobbio (1995), o impulso para a legislação nasce da dupla exigência de pôr uma ordem natural e de fornecer ao estado um instrumento eficaz para a intervenção na vida social. Assim, a monopolização estatal do direito a partir das grandes codificações nacionais se mostrou instrumento idôneo para tais fins. Daí em diante:

“A cada grande codificação (da francesa de 1804 à germânica de 1900) desenvolveu-se entre os juristas e os juízes a tendência a se ater escrupulosamente aos códigos, naquela atitude dos juristas franceses em relação aos códigos napoleônicos que foi chamada de fetichismo da lei” (LEONIDIO, 2012 apud BOBBIO, 2008:265).

Portanto, nesta fase, o direito válido era aquele que emanava do Estado e que era positivado em Códigos e Leis. Os tribunais, nesse contexto, limitavam suas atuações à aplicação exata da lei, e os juízes se configuravam em uma espécie de técnico autômato das leis.

Segundo Santos (1996), no Estado Liberal, embora todo cidadão fosse considerado titular de direitos invioláveis, não tinha o estado o dever de zelar pela efetivação ou garantia de tais direitos, pois o Estado se teria recusado a intervir nos campos econômico e social por serem estes assuntos de ordem privada.

Toda atuação judicial devia cingir-se ao direito positivado pelo Estado, procurar a segurança jurídica e ser produto de uma operação científica desprovida de referenciais sociais, éticos ou políticos, ou seja, neutra¹⁸. E essa postura no campo jurídico faz sentido para a época, na medida em que ela se inseria em um movimento positivista mais amplo comandado pelo cientificismo que abarcava as ciências exatas, estendendo-se posteriormente às ciências humanas.

Dessa forma, o juiz, quando provocado pela parte, devia somente subsumir o caso concreto a ele apresentado na norma, tornando-se uma espécie de técnico autômato da lei.

Portanto, a ordem jurídica no Estado Liberal tendeu a priorizar direitos de caráter privado e individuais sem nenhum tipo de interesse nas questões sociais. Por sua vez, o Direito válido nessa fase era o emanado unicamente do Estado e codificado

¹⁸ Essa pretendida neutralidade do positivismo encontrará em autores como Marx, Luckacs, Michel Lowy, Istvan Meszaros, Lucien Goldman, etc., acirradas críticas e riquíssimos debates orientados a mostrar a impossibilidade de nenhuma ciência desconsiderar as externalidades políticas, sociais e ideológicas na pesquisa científica.

em leis, o que provocou entre os juristas o apego excessivo às leis, que se manterá vigente até o atual Estado Democrático de Direito, especificamente no inciso II do artigo 5º da Constituição Federal de 1988 que dispõe: *“ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”*.

3.2 O Direito no Estado de Bem Estar Social e sua crise

Como visto no item anterior, no liberalismo o estado existia somente para reconhecer os direitos naturais aos indivíduos, deixando que a economia e a sociedade se regulassem sozinhas. No entanto, “a mão invisível” da economia tendeu a concentrar o capital industrial, comercial e financeiro, favorecendo o surgimento de monopólios e carteis. Nesse contexto e opondo-se ao modelo liberal, surge no final do século XIX e começo do XX um novo tipo de estado, o estado de bem estar social.

Nessa nova configuração, o estado passa a intervir diretamente na economia, não só para regular o mercado, mas também para garantir sua própria reprodução, vista a organização burocrática por ele criada. Assim, passará a preocupar-se em reconhecer as externalidades sociais, devido à intensificação das lutas dos movimentos operários por direitos.

Certamente, estas mudanças na organização política se refletiram no campo jurídico.

Surgiram então nesse período novos direitos de caráter trans-individual, como o direito econômico e o direito social, e, com eles, novos mecanismos para defendê-los, incluindo-se mais uma novidade: a intervenção de sujeitos coletivos na vida política.

Assim, essa nova ordem que incorpora a dimensão social por meio da consagração de novos direitos e novas áreas de atuação como a laboral, administrativa, segurança social, etc., deixa em evidência o despreparo e as limitações dos tribunais diante da emergente complexidade social.

A intervenção por parte do estado nas questões sociais fez com que os tribunais assumissem sua parte de responsabilidade política, mudando substancialmente a neutralidade política que caracterizou a justiça no período liberal. Nesse sentido passou a existir uma tensão permanente entre a justiça social sob a forma de direitos,

e o terreno judiciário, com a igualdade formal, a legitimação processual-formal em que os tribunais se tinham apoiado no primeiro período entrando em crise (SANTOS, 1996).

Diante da complexificação social própria da organização do estado de bem estar social e do aumento da litigiosidade decorrente desse fato, a atuação dos tribunais ficou mais visível e mediatizada. Nesse sentido o desempenho judicial passou a ter um impacto maior para a sociedade, que passava a avaliar e questionar sua eficácia ou outros atributos.

Contudo, a partir de finais da década de 70 e princípios da de 80 começavam nos países centrais do capitalismo as primeiras manifestações da crise do Estado-providência. Santos (1996) explica claramente algumas das manifestações dessa crise: incapacidade financeira do Estado para atender às despesas sempre crescentes da providência estatal; a criação de enormes burocracias que acumulam um peso político próprio, que lhes permite funcionar com elevados níveis de desperdício e de ineficiência; a clientelização e normalização dos cidadãos cujas opções de vida (de atividade e de movimentos) ficam sujeitas ao controle e à supervisão de agências burocráticas despersonalizadas; sucessivas revoluções tecnológicas que permitem alterações nos sistemas produtivos e na regulação do trabalho; a difusão do modelo neoliberal e do seu credo desregulamentado, a sempre crescente proeminência das agências financeiras internacionais (Banco Mundial, FMI) e a globalização da economia também contribuíram para o aprofundamento da crise do Estado-providência.

O processo de crise do estado-providência desencadeou uma série de transformações que ressoaram no âmbito jurídico.

Devido à complexificação social, a juridificação do social continuou a aumentar, exacerbando a incoerência e despreparo do sistema jurídico para lidar com esse tipo de questão.

Os tribunais continuaram a ser seletivos, isto é, respondiam pronta e majoritariamente casos em que se sentissem à vontade, ou seja, aqueles em que se discutiam questões de cunho individual, fazendo com que os juízes passassem a evitar sistematicamente os processos e os domínios jurídicos que obrigassem a estudo ou a decisões mais complexas, inovadoras ou controversas, o que segundo

Santos (1996) agravou a avaliação do desempenho dos tribunais em termos de produtividade quantitativa, tornando-os alvo de controle social para medir sua eficácia ou ineficácia.

Paralelamente à litigiosidade do social se iniciava o processo de globalização da economia, cuja maior consequência no âmbito jurídico foi a proliferação de leis e marcos reguladores, tornando ainda mais complexa a administração de justiça.

É precisamente neste período que surgem novas áreas de litigação, aparecem os direitos de terceira geração¹⁹, por exemplo a área da proteção do ambiente e da proteção dos consumidores e que são mobilizados à esfera jurisdicional na busca pela sua efetivação. No entanto, os tribunais não estavam preparados para a resolução de pleitos desse caráter.

O expressivo aumento de litígios tradicionais e outros de conflitos novos, como os de cunho coletivo, intensificou as críticas e os desencantamentos com a justiça. Isso permitiu trazer ao debate público temas anteriormente negligenciados, como por exemplo o funcionamento e organização do próprio poder judiciário e a formação de seus operadores, democracia, participação, cultura jurídica, Etc..

Um dos principais detonantes da crise do estado de bem estar social foi a decepção social ante tal organização política, pois o estado não consegue manter as altas expectativas e demandas da sociedade, que buscava a proteção e garantia de direitos como meio ambiente, saúde, educação, trabalho, entre outros, assim como a defesa desses direitos perante eventuais ameaças, desvendando uma das mais importantes tensões da modernidade: a tensão entre a regulação e a emancipação, que permanece até hoje e que sinaliza os limites dos princípios que ordenam nossa sociedade, no caso do direito, o princípio do império da lei.

Hoje, evidentemente algumas das promessas modernas, não se cumprirão. O estado enfraquece e há um aumento da desigualdade social, que originam transformações na prática e na estrutura de classes, declinam as organizações que as representam e há uma intensificação da transnacionalização da economia sob o paradigma neoliberal (DUARTE, 2011:24). Se no estado providencia as relações

¹⁹ Termo usualmente empregado para designar aqueles direitos surgidos após a Segunda Guerra Mundial, voltados para a proteção do ser humano como gênero sem estar vinculado ao indivíduo, ou seja, de forma trans-individual. Por exemplo o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, o direito à comunicação, direitos dos consumidores, etc..

sociais estavam reguladas pelo estado e o direito consolidou-se como uma ferramenta útil na conquista de direitos e emancipação social, no período atual, onde nem todas as áreas sócias são reguladas pelo estado -cada vez mais fraco-, o direito encontra-se limitado pelo próprio estado de forma a proteger o mercado muitas vezes em detrimento da comunidade e de si. Cabendo aos tribunais:

“...garantir que o Estado de direito é amplamente aceite e aplicado com eficácia. Afinal, as necessidades jurídicas e judiciais do modelo de desenvolvimento assente no mercado são bastantes simples: há que baixar os custos das transações, definir com clareza e defender os direitos de propriedade, fazer aplicar as obrigações contratuais, e instituir um quadro jurídico minimalista” (SANTOS, 2003:11).

Como já salientamos, a proposta desta dissertação é compreender de que forma vem sendo usado o direito pelos magistrados para a garantia do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, tendo como foco as queimadas da palha de cana-de-açúcar no município de Piracicaba/SP. Nesse sentido, há que se considerar que o estado-providência é um fenômeno político próprio dos países centrais e que em sociedades periféricas – como a nossa- nunca se consolidou, e isso vai fazer toda a diferença na forma como se organizam e funcionam o estado moderno e suas instituições no Brasil, como veremos no item seguinte.

3.3 O direito moderno no contexto social brasileiro

A sociedade brasileira formou-se historicamente como uma civilização de raízes rurais, cujos reflexos e enclaves não se apagaram ainda de todo na atualidade (HOLANDA, 2014:73).

Nessa sociedade de raízes rurais, de enormes latifúndios trabalhados por escravos, predominava o tipo de família patriarcal nos moldes do direito romano-canônico, ou seja, um círculo familiar fechado presidido pelo pater familiae, isto é, o senhor de escravos, estando abaixo dele na hierarquia filhos e mulher, agregados, moradores de favor, etc., todos eles unidos por um laço de dependência pessoal e fidelidade que dava substância ao poder do patriarca (HOLANDA, 2014).

Esse quadro familiar organizado funcionalmente ao redor do senhor de escravos torna-se tão poderoso que sua sombra seguia os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico, constituindo, como mostrou Sergio Buarque de Holanda, uma

mentalidade própria que impregnara a vida nas cidades e toda a ordem administrativa do país, durante o Império e mesmo depois, no regime republicano (HOLANDA, 2014:88).

Uma das consequências desse poder e influência da família extensa de raiz rural era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, propiciando a invasão do público pelo privado, do estado pela família (HOLANDA, 2014:82). Dessa forma, surgira uma simbiose entre a coisa pública e a privada que influenciará a forma como foi edificado o campo da política no Brasil, o qual, como se sabe, possui muitas fragilidades (VIANNA, 1996).

Nessa ordem em que a família extensa é o círculo vital e a medida de todas as relações sociais, a encarnação do princípio liberal de liberdade, igualdade e fraternidade e a ficção jurídica dos homens nascendo livres e iguais não encontraram terreno fértil para enraizar-se. Vê-se, por exemplo, que a Constituição do Brasil de 1824 instituiu uma organização de cunho liberal, apesar de manterem-se na dinâmica das relações sociais fundamentos patrimoniais do poder e a escravidão. Assim, tentando adaptar formas de convívio próprias de países distantes, “somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra” (HOLANDA, 2014:31).

Nesse sentido, as ideias liberais fortemente marcadas pelo individualismo não se instituíram no Brasil como ideologia. Antes, como mostrado por Roberto Schwarz (1973), constituíram-se como ornamento e sinal de fidalguia entre as classes dominantes, pois se sentiam partícipes de uma “esfera augusta, no caso a da Europa que se...industrializa” (p. 155).

Dessa forma, enquanto os ideais liberais movidos pela burguesia serviam como fundamento para pôr fim aos privilégios da ordem antiga na Europa, no Brasil estes tomaram outro significado. A ideologia liberal defendida pelas camadas mais favorecidas e moldada de acordo com seus interesses animou posturas anticolonialistas que reivindicavam a independência comercial, administrativa e judicial das colônias, mas sem, com isso, pretender alterar a organização social patriarcal, escravocrata e patrimonialista vigente.

Apesar das mudanças ocorridas com a independência política do país e a instituição de uma ordem legal moderna por meio do Estado independente e crescentemente burocratizado, toda a ordem administrativa do país, durante o Império e mesmo depois, já no regime Republicano, há de comportar, por isso, elementos estreitamente vinculados ao velho sistema senhorial (HOLANDA, 2014).

Para Neder (1995), reconhece-se a presença do liberalismo marcando as formulações sobre o estado brasileiro. Isto ocorre não tanto pela presença de uma burguesia ou de um capitalismo como ocorreu na Europa, senão em função da inserção do Brasil em um quadro de economia mundial calcada no complexo agroexportador-escravista cuja hegemonia cabia ao capitalismo britânico. Assim, apesar de seu enunciado formal em tudo semelhante às modernas ideias burguesas, seu conteúdo correspondia às resistências e adaptações praticadas pelas elites letradas do país, em nome da mentalidade derivada das raízes rurais (ALMEIDA, 1999 apud LEONIDIO, 2012).

Assim, o liberalismo como ideologia ornamental sendo reivindicada na conjuntura emancipatória e mesmo após ela pelos segmentos sociais ligados à grande propriedade agroexportadora e escravista encontra-se desconexo da realidade política e social da época.

Nesse sentido afirma o historiador brasileiro Darcy Ribeiro (2013):

“Quando é declarada a independência, a classe dominante local se nacionaliza alegremente, preparando-se para lucrar com o regime autônomo, tal como lucrara com o colonial. Apropriada por essa classe, a independência não representou nenhuma descolonização do sistema que permitisse transformar o proletariado externo em um povo para si, voltado ao preenchimento de suas próprias condições de existência e progresso” (p. 230).

Apesar das necessidades de construção burocrática próprias de um Estado independente, o “status quo” senhorial e escravista baseado na economia agroexportadora permanece intocado. É nesse sentido que os bacharéis são chamados para ser partícipes da construção de uma “nova” ordem política para o país.

Nesse contexto surge em 1827 a criação de duas escolas de Direito. Uma primeira em Olinda, –posteriormente transferida para Recife- e em seguida uma segunda em São Paulo. No entanto, cada uma dessas escolas divergia segundo a

formação oferecida. A de São Paulo, voltada para a formação das elites políticas e letradas, preparava seus alunos para as oportunidades de acesso e promoção das carreiras diretivas dos órgãos do governo; a outra, a de Olinda, focava-se na formação de juristas (LEONIDIO, 2012).

A faculdade de direito de São Paulo sediou-se no convento de São Francisco e caracterizou-se, segundo Neder (1995), por adaptar os pressupostos liberais aos interesses dos setores agroexportadores e posteriormente ao setor industrial. Assim como no campo político conciliou-se e adaptou-se o ideário liberal à sociedade brasileira, no campo jurídico, o ensino na escola de direito de São Paulo foi amplamente influenciado pela filosofia do ecletismo, conciliadora de orientações e ideias jurídicas conflitantes entre si (ADORNO, 1988:93-96 apud LEONIDIO, 2012).

Havia portanto que conciliar os anseios da modernidade com as peculiaridades da situação brasileira, isto é, o liberalismo com os institutos da tradição. Nesse sentido, como aponta Leonidio (2012), surgiram no seio do pensamento jurídico brasileiro correntes de ideias como o ecletismo espiritualista, defendido por Victor Cousin, e o Krausismo, inspirado no pensador Karl Krause.

O ecletismo espiritualista é o primeiro movimento filosófico estruturado no Brasil. Ele se propunha a reunir e conciliar várias doutrinas filosóficas existentes, principalmente aquelas tradicionais já presentes na sociedade brasileira e aquelas “modernas” vindas de fora (BARROSO, 2007). Ou seja, estava pautado pela tendência à conciliação de ideários conservadores e progressistas ao mesmo tempo, para servir de substrato filosófico e ideológico à sociedade brasileira no século XIX. Por sua vez, o Krausismo, inspirado no pensador Karl Krause, verificou-se igualmente eclético e ainda mais espiritualista (LEONIDIO, 2012) e tomava conta dos meios jurídicos brasileiros.

Posteriormente, a corrente eclética seria substituída pelo “positivismo jurídico”²⁰, que oferecia maior “objetividade” das leis e, com isso, a possibilidade de

²⁰ Para o positivismo jurídico, o direito é válido e existe, na medida em que está vertido em normas. Assim, segundo Roberto Lyra Filho (1982), “seu limite é a ordem estabelecida, que se garante diretamente com normas sociais não-legisladas (o costume da classe dominante, por exemplo) ou se articula, no estado, como órgão centralizados do poder, através do qual aquela ordem e classe dominante passam a exprimir-se (neste caso, ao estado é deferido o monopólio de produzir ou controlar

desenvolver uma ciência jurídica nacional por meio de uma visão erudita do Direito, ou seja, mais “ilustrada”; essa será a empreitada atribuída à escola de Recife (NEDER, 1995).

Assim, enquanto uma escola – a de São Paulo- dedicou-se de forma **pragmática** à formação das elites políticas que exerceriam as funções públicas nos órgãos de governo, orientadas filosoficamente sob correntes ecléticas que permitissem a conciliação de ideários apaziguando as possíveis divergências e mantendo a ordem de forma a garantir os interesses dos setores agroexportadores, a outra –de Recife- formava juristas **ilustrados** para reflexionarem profundamente sobre a vida política da nação.

Em resumo, as ideias liberais em voga na Europa estiveram presentes na formação social brasileira em uma época de abertura comercial e inserção do Brasil no mercado mundial em expansão. Contudo, essa presença não significou que o liberalismo nos moldes europeus se constituísse como a ideologia dominante entre nossa sociedade. Antes, ele é implementado como ornamento que “moderniza” o país, na medida em que se ajusta/desajusta à realidade brasileira.

Esse processo de ajuste/desajuste do ideário liberal à realidade social brasileira também influenciou o pensamento jurídico. Os dois primeiros cursos jurídicos criados no Brasil – de São Paulo e de Recife- adotaram as doutrinas liberais, ajustando tal ideologia de acordo com os privilégios dos mais poderosos e sem alterar a ordem econômica que se mostrava próspera devido à expansão comercial mundial em que se inseria o Brasil independente.

Desta forma, as concepções liberais propondo-se a possibilitar o progresso e a civilização, ou seja, a modernização, deviam ser defendidas pela sociedade brasileira, ainda que fossem de fachada. Contudo, essa tarefa representa uma grande dificuldade, na medida em que é imposta a necessidade de os segmentos sociais mais privilegiados passarem de uma sociedade escravista para uma outra de homens livres e iguais (LEONIDIO, 2012). Nesse sentido e como adorno modernizante, precisava-se aprovar um Código Civil à semelhança das “modernas” e “civilizadas” nações da

a produção de normas jurídicas, mediante leis, que só reconhecem os limites por elas mesmas estabelecidos)” (p. 18).

Europa. No entanto, como mostrado por Grinberg (2008), a realização de um código civil no Brasil foi uma árdua e demorada tarefa, uma vez que não era fácil -para uma sociedade que se dizia liberal, mas que mantinha a escravidão- definir quem seria considerado cidadão e, portanto, titular de direitos.

Diferentemente do longo processo para a entrada em vigor do Código Civil (1916), o Código Penal (1890) já existia no Império (GRINBERG, 2008:12). Ele foi produto das preocupações das elites mais abastadas em reprimir qualquer intento de sublevação dos escravos, que colocasse em risco não apenas sua dominação, mas principalmente suas propriedades.

Assim o Brasil, adotando a institucionalidade “moderna” de origem liberal, “modernizou-se” política e juridicamente de fachada, ou em termos mais coloquiais, somente “para inglês ver”.

No aspecto jurídico, o ajuste dos pressupostos liberais no contexto social brasileiro, ou o que designamos como modernização jurídica, se compõe de outros fenômenos ou processos muito importantes e que caracterizaram as ideias e práticas jurídicas nessa modernidade à brasileira. Dois deles tomaram grande relevância para este estudo: o “bacharelismo”, ou a consolidação de uma cultura bacharelesca, e o “coronelismo” e seus desdobramentos.

3.4 Bacharelismo

Como dito acima, os cursos jurídicos no país surgiram para formação de nossa elite dirigente. Em uma sociedade majoritariamente analfabeta, tal formação serviu como distintivo social. O Bacharel construiu toda uma atmosfera simbólica de prestígio e poder.

Existe uma distinção entre os bacharéis e os juristas. Bacharéis são todos aqueles formados em direito. Juristas são os bacharéis que atingem notoriedade e respeitabilidade, quer pela via política, quer pelo brilhantismo e pela erudição com que pautam sua carreira. Essas duas figuras ou operadores do direito, segundo Neder (1995:126), desempenharam-se como intelectuais tradicionais –em termos gramscianos- importantíssimos para a construção do nacional, para a modernização do país -que como vimos, deu-se de maneira ornamental e foi dirigida pelas classes

dominantes-; seriam, pois, promotores da construção da hegemonia burguesa na formação social brasileira.

Ao mesmo tempo a autora destaca que, além do privilégio relativo à formação acadêmica (pois com ela destacavam-se estes da população de analfabetos e escravos), o comportamento dos juristas e bacharéis também se distinguia pelos ritos e formalidades, o que acentuava o poderio e notabilidade destes dentro da sociedade.

“Nesse contexto, a prática ideológica dos “juristas” e dos “bacharéis” se configura com muita relevância, particularmente enquanto agentes históricos que tomam para si a tarefa de pensar e propor a organização da sociedade Brasileira, tanto em termos de propostas mais abrangentes, “pensando no futuro de uma jovem nação”, quanto em termos mais específicos, tecendo e construindo uma hegemonia, visando a coesão interna, possibilitando a dominação de classe”. (NEDER, 1995:130).

Hoje permanecem reminiscências desse prestígio que outrora fez dos bacharéis um dos grupos sociais mais influentes, poderosos e prestigiosos do Brasil.

Certamente este tema é capaz de suscitar muitas discussões, mormente quando se veem episódios atuais que denotam certa subsistência de alguns valores ligados a essa categoria jurídica e que nos indicam a persistência no tempo de certos valores dos tempos coloniais. Um exemplo que ilustra bem esse argumento é o caso que ficou popularmente conhecido como o caso do “juiz Deus”, em que uma agente de trânsito, durante uma blitz da Lei Seca, parou um juiz carioca em fevereiro de 2011. O juiz estava sem a carteira de habilitação, sem placa e demais documentos do veículo quando abordado pela funcionária pública. Ele se identificou como juiz de Direito e a funcionária retrucou: “Você é juiz, mas não é Deus”, e recebeu, em seguida, ordem de prisão do juiz, por entender que ela o desacatou. A funcionária foi condenada em primeira e segunda instância a pagar indenização de R\$ 5.000,00 por danos morais ao Magistrado²¹.

3.4.1 O Coronelismo

Uma civilização de origens rurais à época colonial, centrada no poder dos grandes senhores proprietários de terras e de escravos, e caracterizada pela forte invasão do público pelo privado permitiu que até o fim da Primeira República esse

²¹ 14ª Câmara Cível Do Tribunal De Justiça Do Estado Do RJ. Apelação Cível Processo Nº 0176073-33.2011.8.19.0001.

poder privado se reconfigurasse na procura da manutenção da dominação sobre a vida política do país. Um desses arranjos foi o coronelismo.

Um dos autores mais importantes sobre o assunto é Vitor Nunes Leal. “Coronelismo, enxada e voto”, publicado pela primeira vez em 1949, é a obra em que ele estuda a fundo a organização política dos municípios e sua relação com o regime representativo no Brasil a partir do fenômeno do coronelismo.

Para o autor, o coronelismo

“Não é mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo exorbitante poder privado têm coexistido em um regime de base representativo” (LEAL, 2012:23).

Por isso mesmo, e em virtude dessas peculiaridades, o coronelismo pressupõe um compromisso, uma troca de proveitos entre a decadente influência social dos chefes locais (senhores de terra) e o progressivamente fortalecido (mas ainda incipiente) poder público no período pós-independência. Entretanto, “esses remanescentes de privatismo são alimentados pelo poder público, e isso se explica justamente em função do regime representativo, com sufrágio amplo, pois o governo não pode prescindir do eleitorado rural, cuja situação de dependência ainda é incontestável” (LEAL, 2012:23). Será, pois, a partir dessa aliança do sistema coronelista que se perfilam, segundo o mesmo autor, certas características secundárias do sistema “coronelista”, como o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais e que aparecem com bastante frequência na contemporaneidade.

Um sistema de tal envergadura certamente permeou a organização e o sistema judicial do Brasil. No período colonial, o controle e acumulação de poderes administrativos, judiciais e de polícia concentrava-se nas mãos das mesmas autoridades, nem sempre de forma rigorosa e hierárquica, o que propiciou confusões à hora de exercerem as funções administrativas e judiciais. Nesse sentido, mencionam-se os juízes ordinários e os de fora, que tinham funções policiais e jurisdicionais, além das administrativas, juízes especializados de órfãos e do crime, câmaras com algumas funções judiciárias, etc..

Esses poderes administrativos, judiciais com funções, digamos, “gelatinosas”, por não cumprirem funções restritas e limitadas, constituíam, como nos mostra Vitor

Nunes Leal (2012), “importantes instrumentos de dominação do senhoriato rural, cuja influência elegia juízes e vereadores e demais funcionários subordinados às câmaras”²² (p. 97).

Durante o Império, subsiste em larga medida a acumulação de atribuições judiciárias e policiais nas mãos das mesmas autoridades. Instituem-se diversos tribunais superiores em nosso país, aumenta-se o número de ouvidores e juízes de fora e cria-se o cargo de Intendente Geral da Polícia da Corte e Estado do Brasil, cujas funções não eram somente policiais, mas também judiciárias. Iniciava-se assim uma desconcentração dos poderes e funções judiciárias e administrativas que seria ampliada posteriormente com a promulgação do Código Criminal de 1832, pretendendo, com isso, enfraquecer o poder local dos grandes senhores. Assim, a organização judiciária no império mantém vínculos políticos com os poderosos locais, ainda que haja um evidente avanço em relação à época anterior. E “Como o problema não é de ordem puramente legal, ainda hoje é encontrada a figura do juiz politiquero, solícito com o poder, ambicioso de honrarias ou vantagens” (LEAL, 2012:98).

Com a República, passamos a ter duas justiças: a federal, de organização e processo da competência legislativa da União, e a local, organizada pelos Estados, que também legislavam sobre o respectivo processo. Nestes últimos funcionavam os seguintes órgãos: tribunais de segunda instância nas capitais; juízes de direito nas comarcas; tribunais do júri; juízes municipais nos termos; juízes de paz, em regra eletivos, nos distritos nos estados (LEAL, 2012). Somente eram considerados magistrados, para efeito de garantias, os juízes de direito e os membros dos tribunais de segunda instância. Contavam com a autonomia suficiente de organizar seu funcionamento a seu próprio critério.

Nessa ordem, a Constituição Federal de 1891 conferiu garantias à magistratura que resultaram em maior profissionalização e autonomia. Contudo, elas só beneficiaram a juízes federais, de forma que aqueles juízes estaduais, inconformados, recorreram ao supremo tribunal e este, na maior parte das vezes, declarou aplicáveis aos magistrados estaduais as garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e

²² Como forma de tentar reverter essa situação em que a institucionalidade via-se afetada pelo poder dos senhores locais, os juízes ordinários foram substituídos por nomeação régia, pelos juízes de fora.

redutibilidade de vencimentos constitucionalmente consagradas unicamente aos juízes federais (LEONIDIO, 2012).

A reforma constitucional de 1926 veio a dirimir a diferença, unificando os privilégios para ambos os níveis de magistratura. Contudo, tais garantias não se aplicavam aos juízes temporários, ficando dessa maneira “uma numerosa categoria de juízes à mercê das exigências e seduções dos governantes menos ciosos da independência e dignidade do Poder Judiciário” (LEAL, 2012).

Por fim, foram muito variados os meios postos em prática pelos governos estaduais para submeter à magistratura: a recondução e das remoções para melhores termos ou comarcas, controles das promoções por merecimento, etc., situação que evidenciava as limitações à autonomia dos juízes temporários. Quanto ao Ministério Público local, conclui Leal (2012) que seus membros, em regra, eram de livre nomeação e demissão, utilizando-se, assim, igualmente, dos promotores e seus adjuntos, como instrumentos de ação partidária.

Deste modo, o coronelismo, no início da República, impregna o sistema judiciário do país, sem, contudo, afetar de alguma forma “a cultura personalista que impregna nossa magistratura como também de nossa sociedade que interpreta de forma restritiva e seletiva a lei e a justiça” (LEONIDIO, 2012). Há vários ditados da época que expressam muito bem o sistema coronelista e seu modo de funcionamento: “para os amigos pão, para os inimigos pau”²³ ou “aos inimigos o rigor da lei, aos amigos a justiça”²⁴.

A cultura personalista que, como se disse, fundamenta-se na exaltação da pessoa e constitui o vínculo principal para a construção de todo tipo de relações, sejam públicas ou privadas, obstaculiza o enraizamento de uma cultura democrática, na medida em que impede o desenvolvimento da noção de cidadania em seu povo.

Certamente a noção de cidadania se fundamenta nos indivíduos (cidadãos) que, de modo igualitário, teriam os mesmos direitos de forma universal e em qualquer lugar. Nesse sentido é importante entender qual é o alcance dessa noção em uma sociedade de cunho personalista que não está baseada em indivíduos ou cidadãos,

²³ Vitor Nunes Leal. Coronelismo, enxada e voto. O Município e o Regime Representativo no Brasil, 2012:32.

²⁴ Vitor Nunes Leal. Coronelismo, enxada e voto. O Município e o Regime Representativo no Brasil, 2012:131.

mas em relações entre pessoas, famílias e grupos de parentes e amigos (DA MATTA, 1985).

Neste sentido, Roberto Da Matta analisa a cidadania nesse contexto, partindo da ideia da sociedade brasileira como sendo relacional, isto é, uma sociedade em que convivem e se complementam diferentes níveis de entendimento, cada um com sua própria ética e que, em teoria, seriam antagônicas.

“Trata-se de um sistema que relaciona de modo intrigante a igualdade superficial e dada em códigos jurídicos de inspiração externa e geralmente divorciados da nossa prática social; com um esqueleto hierárquico, recusando-se a tomar um desses códigos como exclusivo e dominante, e preferindo sempre a relação entre os dois” (DA MATTA, 1985:35).

Ou seja, ainda que o Brasil tenha incorporado formalmente o receituário liberal democrático, permanece na trama das relações sociais um Brasil “real” fundamentado em uma dinâmica em que hierarquias de todos os tipos desfazem a igualdade prometida pela lei, imprimindo na ordem legal um caráter elitista e oligárquico que atualiza velhas tradições (DA SILVA TELLES, 2001:57).

Dinâmica de hierarquia que, nos termos de Dagnino (1994), seria um “autoritarismo social” sendo predominantemente de raça, classe e gênero. Assim, dentro do conjunto de relações sociais haveria uma classificação que posiciona cada “tipo” de pessoa no lugar que esta deve ocupar (casa, rua e outro mundo, segundo a tese de Roberto da Matta).

Portanto, qualquer evento pode ser interpretado por meio do código da casa e da família (que é avesso à mudança e à história, à economia, ao individualismo e ao progresso), pelo código da rua (que está aberto ao legalismo jurídico, ao mercado, à história linear e ao progresso individualista) e por um código do outro mundo (que focaliza a ideia de renúncia do mundo com suas dores e ilusões e, assim fazendo, tenta sintetizar os outros dois) (DA MATTA, 1985:34).

Há um fator importante que incide diretamente nessa classificação e é a relação (distância ou proximidade) que se tenha do poder ou daquilo que representa o centro do poder. Sendo assim, nada mais pavoroso para um brasileiro do que estar desprovido de relações/vínculos com aqueles ou aquilo que considera importante ou que lhe garantiria um lugar dentro dessa dinâmica social absurda do código social hierárquico que comanda nossas relações. Ou seja, há temor em ser só mais um “zé ninguém”.

A hierarquia e a necessidade de distinção convivem ao mesmo tempo com um cunho emotivo que suaviza as diferenças e encurta as distâncias. Uma espécie de fetiche de igualdade social que atuaria como mediador nas relações de classe, para que situações conflitivas frequentemente não resultem em conflitos de fato; mas em conciliação. Nesse sentido, a tese da democracia racial de Gilberto Freyre e o homem cordial de Holanda seriam um exemplo desse fetiche (SALES, 1993).

Essa simbiose perversa que encarna a forma de sociabilidade do brasileiro pode ser constatada em práticas e diálogos do dia a dia, em publicidades e até mesmo em campanhas e políticas públicas, o recorrente. Um exemplo claro desta realidade é verificado na campanha denominada “Piracicaba solidária e cidadã”, elaborada pela Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Piracicaba para reduzir a quantidade de jovens, adultos, idosos e famílias em situação de rua. O cartaz colocado nas ruas, especificamente onde condutores de veículos tivessem visibilidade, continha a seguinte frase: “não dê dinheiro nos semáforos. Dê cidadania”. Ou seja, a cidadania entendida como um “recheio” privilegiado do qual alguns (os “mais” cidadãos) desfrutariam e outros (neste caso os moradores em situação de rua) estariam desprovidos e precisariam que aqueles mais cidadãos lhes proporcionassem um ato de bondade, o tal “recheio”, mesmo que seja, como de fato é, uma omissão, como é não dar dinheiro nos sinais. A compreensão da campanha como um todo é muito reveladora, porque mostra como a cidadania e o ser e sentir-se como tal é interpretado de diversas maneiras e desde distintos “lugares”, pois os cartazes atingindo motoristas já estão assinalando que são eles os cidadãos e os de fora, os da rua não o são, ou pelo menos não no mesmo patamar que eles. No fundo, a questão não se trata de dar ou não dar dinheiro nos sinais e sim de compreender que estes ou aqueles são, na mesma medida, cidadãos, para, a partir dessa conscientização, lutar e agir pela eficácia das políticas públicas que melhorem a condição em que se encontram. Mas parece mais fácil julgar, ignorar, pular a calçada, fechar os olhos do que reconhecê-los como iguais e colocar-se em seu lugar. Práticas como estas reafirmam a cada momento a já gritante desigualdade social que acaba sendo “o cartão de apresentação do Brasil ao mundo” (SALLES, 1994).

Por todo o acima exposto, percebemos que a presença de alguns elementos do personalismo ainda se mostra dominante dentro da sociedade brasileira. No caso da justiça, essa realidade não é diferente. Em vários casos evidencia-se o tratamento

desigual com que o judiciário distingue entre pobres e ricos, e a partir dessa diferenciação aplica seletivamente as leis. Ou seja, é “uma cultura que vê de forma desigual pobres e ricos” (LEONIDIO, 2012) e que afeta em maior ou menor grau todos os operadores do direito do país ainda hoje.

Apesar desse importante e revelador traço cultural que tem a ver com a formação social do Brasil, o Judiciário enfrenta outra série de problemas igualmente importantes: a morosidade, burocratização, má qualidade dos cursos de direito do país, dificuldade na admissão e permanência nos cargos da magistratura, tecnicismos e sua crescente politização (SADEK; BASTOS, 1994).

3.4.2 O Ministério Público e a defesa dos direitos difusos e coletivos no contexto jurídico brasileiro

Este tópico não visa elaborar uma análise exaustiva da instituição do Ministério Público, o que certamente poderia ser o objeto de outra dissertação. Antes, preocupa-se em fazer uma aproximação com a forma como a instituição significa sua atuação na proteção dos direitos difusos e coletivos, em especial no caso das queimadas de cana-de-açúcar.

Hoje o Ministério Público ocupa lugar de destaque no cenário político brasileiro. Ele se perfila como o ator mais importante na proteção dos interesses coletivos e difusos, não apenas na proposição de ações junto ao judiciário, mas também por sua atuação na fase pré-processual, realizando inquéritos civis públicos e patrocinando acordos entre as partes (WERNECK VIANNA; BURGOS, 2002, p. 441).

Nos pleitos pela proibição da queima da palha de cana de açúcar especificamente o Ministério Público se tornou ator político fundamental, por meio da interposição de ações civis públicas reivindicando perante o judiciário a efetivação ou garantia do direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado para o benefício da sociedade e do meio ambiente e, ao mesmo tempo, criticando a omissão ou insuficiência do Poder Público na garantia desse direito.

A primeira lei a consagrar a existência de um direito difuso no Brasil foi a Lei nº 6.938/1981. Nela, instituiu-se a política nacional do meio ambiente, consagrando-o como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo

em vista o uso coletivo, podendo ser defendido em juízo por meio da ação de responsabilidade civil e criminal. Essa Lei conferiu o monopólio do novo instrumento processual ao Ministério Público. Por esse motivo a ação de responsabilidade civil e criminal ficou conhecida popularmente como ação civil pública²⁵.

A partir daí começaram a surgir leis orgânicas estaduais consagrando distintos direitos difusos e coletivos, também fazendo uso da fermenta jurisdicional da ação civil pública, tal é o caso da lei complementar estadual 304 do estado de São Paulo de 1982, que contempla o direito do consumidor, direito ao meio ambiente e a defesa do patrimônio cultural e natural do Estado (Artigo 32).

Em 1985 é promulgada a Lei nº 7347/85, que institui e regulamenta a Ação Civil Pública, o que significou uma grande vitória do Ministério Público, pois nela é consagrada a denominação “ação civil pública”, invocando com isso, de forma simbólica, seu equivalente no direito penal, a “ação penal pública”, da qual o Ministério Público exerce exclusivamente a titularidade.

Se nessa lei não se declarava expressamente o monopólio da ação civil pública ao Ministério Público, isso ficaria subentendido na prática pela obstaculização ao exercício da ação civil pública por parte dos outros atores igualmente legitimados para a propositura do recente instrumento processual. Nesse sentido aumentou-se de seis meses para um ano o prazo mínimo de existência legal das associações que pretendessem recorrer ao judiciário para interpor demandas relativas à proteção de direitos difusos. Diante dessa barreira, só resta o caminho mais rápido, fácil e sempre disponível: acudir ao Ministério Público (ARANTES, 2002).

Seja pelo uso do caminho mais rápido ou pela ausência de concorrência para o exercício da ação civil pública no caso das queimadas no Município de Piracicaba/SP, nesta dissertação verificou-se que todas as manifestações judiciais analisadas provêm de Ações Cíveis Públicas impetradas pelo Ministério Público, tanto

²⁵ Em comparação à ação penal pública da qual o MP é titular. No entanto, alguns autores como Hugo Nigro Mazzilli (1994) consideram que o uso de tal expressão, se bem que já incorporado na legislação, doutrina e jurisprudência, não deixa de padecer de impropriedade, pois, segundo ele, toda ação é pública enquanto direito público subjetivo dirigido contra o Estado, além de não ter o Ministério Público exclusividade na propositura da dita ação civil pública (p. 106). No mesmo sentido Ada Grinover reconhece a imprecisão técnica desse termo, por padecer de duas impropriedades. Primeiro porque não se trata de ação civil pública sempre, já que existe a possibilidade de iniciativa privada; e segundo, porque na verdade a tutela dos interesses difusos e coletivos estaria a meio caminho entre o público e o privado e muito mais no campo dos interesses sociais (Grinover apud Arantes, 2002:67).

estadual como federal, o que confirma à atuação o alegado lugar de destaque da instituição na defesa dos direitos difusos e coletivos no Brasil.

Com a entrada em vigor da Constituição de 1988, o Ministério Público ganhou lugar privilegiado ao lhe ser outorgada exclusividade na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (Artigo 127 CF). Diante desse perfil, contemplou-se constitucionalmente como função do Ministério Público “promover o inquérito civil e a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos” (Artigo 129 CF).

No entanto, apesar desse papel protagonístico e progressista, existe no seio do Ministério Público, especificamente nas concepções dos seus integrantes, uma avaliação crítica e pessimista da sociedade civil (tanto de suas carências quanto de sua incapacidade de mobilização) e dos poderes de estado (que se encontrariam divorciados da sociedade e incapazes de garantir os direitos fundamentais), como nos mostra Arantes (2002)²⁶.

Desse binômio negativo emerge a matriz identitária principal da instituição: cabe ao ministério público tutelar os direitos dessa sociedade civil “fraca”, dirigindo suas ações prioritariamente contra o estado inoperante e as instituições políticas muitas vezes corrompidas por interesses particularistas, com o objetivo de “ocupar e reduzir o espaço vazio existente entre sociedade e estado, decorrente da fragilidade do nosso tecido social e do desempenho pífio do nosso sistema político representativo” (ARANTES, 2002:119).

Para o Ministério Público, em suma, temos uma sociedade civil fraca, desorganizada e incapaz de defender seus direitos fundamentais, sendo que frequentemente é o próprio poder público que mais desrespeita esses mesmos direitos. Daí deriva a fórmula de que alguém deve intervir na relação estado-sociedade em defesa desta última e esse “alguém” é o Ministério Público. Este ideário se resume, segundo Arantes (2002:75), na fórmula “...uma sociedade civil incapaz requer um

²⁶ Trata-se de pesquisa realizada em sete estados brasileiros, nos quais foram entrevistados aproximadamente 20% dos promotores e procuradores de justiça: Goiás, Sergipe, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul. Ouviram-se depoimentos de 51 integrantes do Ministério Público Federal distribuídos proporcionalmente por esses mesmos estados. Foram no total 763 entrevistas.

Ministério Público forte e o Ministério Público deve ser forte porque a sociedade civil é incapaz”.

Fundamentado nessa visão da sociedade brasileira, a atuação do Ministério Público reforça a ideia de uma cultura social em que

“o Estado é sempre visto como todo-poderoso[...]como um distribuidor paternalista de empregos e favores. A ação política nessa visão é sobretudo orientada para a negociação direta com o governo, sem passar pela mediação da representação” (CARVALHO,2002:221).

Essa atitude tradicional e persistente para buscar melhorias por meio de alianças com o Estado, em contraste à cidadania de cunho participativo, fora denominada por José Murilo de Carvalho (2002) como "estadania" e por Teresa Sales (1993) como “cidadania concedida”.

E esse mesmo Ministério Público forte e paternalista, hoje apreciado pelo inquestionável progressismo e afimco com que defende os direitos difusos da sociedade brasileira, esporadicamente também mostra o seu lado seletivo e mais conservador. Por exemplo a oposição e aplicação de multa no valor de R\$ 50.000,00 à Prefeitura de São Paulo, por efetivar política pública municipal em que se promove o fechamento da via aos carros aos domingos na Avenida Paulista, em São Paulo, com objetivo de a população se apropriar da cidade e de aumentar os espaços de lazer²⁷.

Ou seja, além do traço cultural que permanece e que diz respeito à seletividade com que os operadores do direito tratam a ricos e pobres no Brasil, e que tende a reproduzir-se no Ministério Público, a instituição também tem uma leitura depreciativa da sociedade brasileira, considerando-a “fraca”, “hipossuficiente” e “incapaz” e, nesse sentido, impondo a necessidade de intervenção de forma paternalista, da defesa dos direitos difusos ou coletivos, enfraquecendo, portanto, a organização social, sua articulação prática e o exercício da cidadania.

²⁷ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/10/1689245-ministerio-publico-rejeita-fechar-a-avenida-paulista-aos-domingos.shtml>

4 DISCURSO, PODER E IDEOLOGIA NAS DECISÕES JUDICIAIS

A linguagem é algo que faz parte da natureza do homem. Ela estimula o pensar e o agir, permite a comunicação e o estabelecimento de vínculos sociais. Em cada ato de comunicação, cada elemento desse ato tem relevante papel na produção e compreensão de sentidos e/ou significados, já que é preciso uma competência do falante para conseguir produzir algo coerente e compreensível ao interlocutor. Este último, por sua vez, também precisa dessa competência para buscar entender o que lhe transmite seu interlocutor (BRITO, 2009). Ou seja, a linguística é mais do que simplesmente comunicar algo a alguém. Ao considerar não só o falante mas o (s) interlocutor (es), assume a linguística uma função socioideológica (BAKHTIN, 2006).

Essa função socioideológica sugere que passem a ser apreciados, além dos sistemas linguísticos, as condições históricas de produção do discurso, a forma como significa-se a realidade e a totalidade das ações. Dessa forma a linguística toma outra dimensão, passando da concepção de signo lingüístico, voltado para si, inerte e abstrato, para concebê-lo de forma viva, dialética e dinâmica (BRANDÃO, 2012).

Um dos principais expoentes dessa perspectiva linguística é Mikhail Bakhtin (Volochnikov, 1929). Em sua obra “Marxismo e Filosofia da Linguagem”, ele se propõe a analisar a filosofia da linguagem desde uma ótica marxista. Partindo da materialidade da enunciação, assinala que o estudo das ideologias não reside no campo da consciência individual (como argumentaram seus antecessores, em especial Saussure), mas nas condições e formas da comunicação social (BAKHTIN, 2006:34). Ou seja, a ideologia não é considerada como produto abstrato da consciência individual, mas antes, da interação social e seu contexto material. Nesse sentido, Bakhtin (2006:30-31) considera que “cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade”, mas também um fragmento material dessa realidade “ele pode refletir e refratar uma outra “ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico”.

É a partir da materialização das formas de comunicação que a existência do signo ideológico se concretiza. Isto ocorre segundo Bakhtin (2006) de forma clara e concreta na linguagem, por isso ele afirmará que “a palavra é o fenômeno ideológico por excelência” (p.34).

O discurso como forma material de comunicação, é o ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos linguísticos. É interação, e um modo de produção social; não é neutro, inocente e nem natural, por isso se mostra como o lugar privilegiado de manifestação da ideologia. É nele que se condensa o “sistema-suporte das representações ideológicas [...] é o ‘médium’ social em que se articulam e defrontam agentes coletivos e se consubstanciam relações individuais” (BRANDÃO, 2012:12).

Ela – a palavra- caracteriza-se pela sua plurivalencia retrata as diferentes formas de significar a realidade (BRANDÃO, 2012:9), que por sua vez está condicionada tanto pela organização social dos indivíduos como pelas condições em que a interação acontece. Estas significações da realidade manifestas através do signo, e principalmente na palavra, contem índices de valor ora comuns ora contraditórios, o que levará Bakhtin (2006:45) a afirmar que “o signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes”.

Assim, é possível vislumbrar nas diferentes comunicações verbais o reflexo da organização sócio-política de uma sociedade em um momento dado, suas lutas de classe, suas contradições, ideologias, relações de dominação e resistência, é portanto lugar de exercício de poder. Nesse sentido Bakhtin considera que a análise minuciosa da comunicação verbal revela “a influência poderosa que exerce a organização hierarquizada das relações sociais sobre as formas de enunciação” (BAKHTIN, 2006:42).

4.1 Discurso jurídico: manifestação social de poder

O discurso jurídico tem sido um completo exemplo da linguagem do poder. Este tipo de discurso se caracteriza pelo uso de expressões técnicas e palavras eruditas, popularmente conhecidas como “juridiques”, que de forma quase inacessível para quem não anda pelas veredas do direito constantemente, visa sempre obter prestígio e distinção além de impor suas razões por cima de quaisquer outras. Ou seja, o discurso jurídico é um discurso que busca exercer poder e dominação no outro.

Em estudo sobre como se dá a compreensão da terminologia jurídica pelo público não especialista e de que forma essa percepção afeta o exercício da cidadania, Pereira (2001) constata que há uma verdadeira dificuldade de compreensão dos termos jurídicos pela população geral, o que limita o exercício da

cidadania. Ele considera que, apesar de o discurso jurídico possuir sua terminologia especializada, é fundamental que leve em consideração que as leis e, no geral, qualquer discurso jurídico deveria ser acessíveis a todos, pois isso torna possível, em princípio, o efetivo exercício da cidadania.

Ao referir-se ao discurso jurídico, De Brito (2009) afirma que se trata de um discurso autoritário que procura “barrar” a voz do outro, tornando-se um discurso monofônico, pois as vozes que naturalmente se mostram nos textos polifônicos, são abafadas ou ocultadas sob a aparência de uma única voz. Ou seja, o discurso jurídico é um tipo de discurso que busca tornar essa única voz, na voz da verdade única, absoluta, poderosa, geralmente contida na figura do magistrado.

No entanto, como vimos é fundamental considerar o discurso jurídico num ‘contexto’ mais amplo no qual ele se insere, isto é, considerar além do que é dito, quem é o sujeito que está falando, de onde ele fala, a partir de qual posição fala, e qual a finalidade do seu discurso, etc.

Assim, temos que no caso sob análise, qual seja o discurso contido em decisões judiciais sobre as queimadas de cana-de-açúcar, a figura do juiz detém naturalmente lugar de poder pois investido da função institucional de administrar justiça. Igualmente goza de prestígio pois atingiu esse lugar pelo cumprimento de rigorosos requisitos que lhe dá prestígio, conforme abordado no item dedicado ao bacharelismo.

No entanto os magistrados, como indivíduos, significam a realidade a partir das sua visão social de mundo, e segundo tal concepção interpretam, e aplicam, os textos normativos para fundamentar sua decisão –sentença-. Nela, cristaliza-se qual é a posição desse magistrado no caso submetido à julgamento, não só pelo que ali é dito, mas também pelo que se omite ou se deixa subentendido.

4.2 Análise das decisões judiciais

Para atingir os objetivos propostos nesta pesquisa, foram levantadas, junto aos órgãos jurisdicionais da cidade de Piracicaba, as ações civis públicas existentes e que requeriam a proibição das queimadas. O sistema de consulta arrojou ações impetradas tanto contra pessoas físicas como jurídicas. No entanto, optou-se por selecionar aquelas ações em que figurassem como requeridas pessoas jurídicas, ou

seja, agropecuárias e usinas dedicadas ao cultivo e industrialização da cana-de-açúcar. Nesses padrões, a pesquisa arrojou a existência de quatro processos: (i) processo número 451.01.2007.020804-5, que tramita na 3ª Vara Cível de Piracicaba; (ii) processo número 451.01.1996.009483-9, que tramita na 4ª Vara Cível de Piracicaba; (iii) processo número 925/1995, que tramita perante a 5ª Vara Cível de Piracicaba; e (iv) processo número 0002693-21.2012.403.6109, que tramita na 2ª Vara Federal de Piracicaba.

Desse universo extraiu-se o corpus analisado, estando constituído por vinte e uma (21) manifestações judiciais prolatadas em quatro Ações Cíveis Públicas ajuizadas pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) e Ministério Público Federal (MPF), em que se requer a proibição da queima de palha da cana-de-açúcar em Piracicaba/SP.

Optou-se por selecionar processos em que figurassem como polo passivo, ou seja, como requeridos pessoas jurídicas como agropecuárias e usinas dedicadas ao cultivo e industrialização da cana-de-açúcar, por representarem a lógica industrial capitalista e que de forma ampla e extensiva abarca os pequenos e medianos produtores, conforme entendimento esposado pelo Tribunal do Estado de São Paulo:

“A expressão ‘ter realizado a queima’ abrange não apenas a ação direta de atear fogo, mas a responsabilidade por essa queima, que é do proprietário da terra, do arrendatário, do possuidor e/ou do adquirente da cana de açúcar, cuja responsabilidade social lhe impõe controlar a origem daquilo que compra, negando-se a colaborar com a exploração de trabalho escravo ou em condições sub-humanas, bem como o cultivo gravoso ao meio ambiente e/ou à saúde pública. A função social da empresa não lhe permite ignorar o que faz seu fornecedor, de cuja produção e modo de produção se beneficia economicamente”²⁸.

A análise das apreciações judiciais emitidas nos pleitos que envolvem a queima da palha de cana de açúcar em Piracicaba/SP pode nos oferecer uma espécie de “raio x” que permita compreender de que forma os magistrados vêm usando o direito em prol ou não de um aprofundamento democrático e na defesa dos direitos difusos e princípios cardinais da Constituição de 88.

Para aprofundarmo-nos nas linhas hermenêuticas adotadas pelos julgadores, decidiu-se dividir os julgamentos em dois grupos. Um primeiro grupo condensando

²⁸ Apelação nº 0022564-56.2005.8.26.0047/50000 da Câmara Especial do Meio Ambiente do TJSP. Rel. Antônio Celso Aguilar Cortez em Ação Civil Pública nº 451.01.2007.020804-5 da 3ª Vara Cível da Comarca de Piracicaba/SP.

quatorze (14) decisões que julgaram improcedentes os pedidos feitos pelo Ministério Público e, portanto, permitindo a continuidade da queima da palha de cana-de-açúcar em Piracicaba, e um segundo grupo de sete (07) decisões dando procedência às Ações Civis Públicas, proibindo tal prática.

Alguns trechos foram selecionados para análise.

4.2.1 Decisões permissivas

Nas sentenças e acórdãos em que os magistrados decidiram pela manutenção da queima é possível constatar uma face conservadora do judiciário, na medida em que, optando pela defesa do setor sucroalcooleiro, permitiram a continuidade das queimadas, em evidente desrespeito aos direitos socioambientais consagrados constitucionalmente.

Essa defesa, no plano econômico, gira em torno de uma alegada relação custo-benefício da atividade e o perigo iminente que a proibição imediata representaria para a sociedade, pois a interrupção abrupta no ciclo da cultura da cana:

“Ensejaria o risco da produção de danos de difícil reparação pela quebra da safra a ser colhida não só para as co-res, mas também, direta ou indiretamente, para diversos setores da economia regional que são dependentes das atividades desenvolvidas pelas mesmas, incluindo diversos pequenos fornecedores de cana de açúcar e proprietários rurais, prejudicando a execução de contratos de parceria agrícola ou de arrendamento de suas terras perante aquelas”²⁹.

“Danos de difícil reparação” que se traduzem no parecer do julgador em perdas econômicas para o grande empresariado sucroalcooleiro e os seus principais parceiros fornecedores de cana-de-açúcar, sem, contudo, considerar os efeitos prejudiciais das queimadas para a sociedade e para os próprios cortadores de cana.

Outro fato que compõe o leque dos alegados “transtornos sociais”³⁰ que decorreriam da proibição imediata da queima é o aumento no nível de desemprego, devido ao uso obrigatório de mecanização para a colheita de cana-de-açúcar. Assim, o principal argumento levantado pelos magistrados para a manutenção das queimadas é o de que tal prática *“traz ainda, maior segurança para aqueles que se*

²⁹ Sentença interlocutória no processo nº 451.01.2007.020804-5 na 3ª vara cível da comarca de Piracicaba.

³⁰ Sentença do processo 1339/96 da 4ª Vara Cível da Comarca de Piracicaba.

*dedicam ao mister de trabalhar no seu corte; barateia o custo e garante a limpeza do solo e o perigo de animais peçonhentos*³¹.

No entanto, o que não se vê da análise das decisões é o papel que a mídia desempenhou no processo de consolidação de uma matriz de opinião favorável à manutenção ou continuidade das queimadas. Nesse sentido, os principais jornais da região publicaram matérias alusivas à manutenção das queimadas, para não pôr em risco *“a produtividade e os ganhos dos trabalhadores”*³², ou inclusive após a prática ser proibida judicialmente, noticiando sobre demissões em massa de cortadores devido à mecanização das lavouras, pois apenas 6% da mão de obra seria empregada, concluindo que *“uma máquina é capaz de fazer o trabalho de 80 trabalhadores”*³³.

A intervenção da mídia nesse caso traz à tona um dos debates mais interessantes e atuais: a espetacularização do judiciário e como a mídia pautaria as decisões judiciais. Neste momento existem vários casos que se desenvolvem na mídia de forma contundente, a título de exemplo o mensalão, a operação lava jato, etc., tornando processos judiciais em espécie de reality shows ou filmes em que os magistrados se tornam super-heróis; é o caso do juiz Sergio Moro, responsável pela operação lava jato.

Nesse contexto, Batista (2002), ao analisar a relação mídia e sistema penal no capitalismo tardio, constata a ultrapassagem da mera função comunicativa da mídia para o estabelecimento de uma parceria³⁴ da imprensa/projeto neoliberal. Assim, o compromisso da mídia – cujos órgãos se compõem majoritariamente por grupos econômicos que exploram os bons negócios das telecomunicações – com o empreendimento neoliberal é a chave da compreensão dessa especial vinculação mídia/sistema penal. Tal legitimação implicaria, segundo ele, a consolidação de algumas crenças, e um silêncio sorridente sobre informações que as desmintam, buscando legitimar via judiciário ideologias que se pretendem hegemônicas ou manter as que já se mostram dominantes.

³¹ Sentença processo nº 451.01.1996.009483-9 da 4ª vara cível da comarca de Piracicaba.

³² DA COSTA, G. As queimadas e as palavras dos profissionais. Folha de São Paulo, São Paulo, 26 setembro. 1993. Folha Nordeste, p. 10.

³³ GAVIOLI, C. Estiagem adianta demissão de 4.000. Jornal de Piracicaba, Piracicaba, 14 agosto. 2014. Caderno A, p. 2.

No caso do empresariado sucroalcooleiro o contexto não é diferente. Como mostrado no capítulo I, o setor canavieiro exerce poderosa influência sobre a região, permeando o imaginário social na busca por consolidar sua conexão com crescimento econômico e qualidade de vida. Nesse sentido a mídia, que divulga informações ou matrizes de opinião vinculadas ao contexto canavieiro tende a exercer pressão no judiciário, na medida em que contempla concepções tendencialmente aliadas ao pujante setor canavieiro.

Quando os magistrados defendem a manutenção da prática em razão de uma “preocupação” pelo aumento do desemprego, eles ocultam outra dolorosa realidade: as péssimas e cruéis condições de trabalho dos cortadores de cana, conhecidos popularmente como “boias frias”.

Segundo Francisco Alves (2006), o cortador de cana pode ser comparado a um atleta corredor fundista de longas distâncias, tendo em vista a necessidade de que possua maior resistência física para a realização de uma atividade repetitiva e exaustiva, realizada a céu aberto, sob o sol, na presença de fuligem, poeira e fumaça por um período que varia entre 8 e 12 horas e usando vestimenta calorosa, que contribui para a desidratação e a ocorrência de um quadro clínico chamado pelos próprios trabalhadores de “birola”, caracterizado por fortes câimbras, dores e convulsões, dando a impressão de que o trabalhador está tendo um ataque nervoso.

Imersos em uma nuvem de fuligem, poeira e fumaça que contem substâncias prejudiciais, entre elas partículas com alto potencial cancerígeno, como os HPAs (Hidrocarbonetos policíclicos aromáticos) e outras causantes de variadas doenças respiratórias, os cortadores diretamente, mas também a sociedade como um todo arcam com as consequências danosas e desiguais do processo produtivo canavieiro.

Aliado ao extenuante processo de trabalho, e comportando uma combinação perversa, o trabalhador é remunerado por produção. Ou seja, em teoria, quanto mais cana ele cortar, mais deveria ganhar. Todavia, na prática, o que vários autores constataram³⁵ é que enquanto mais cana o trabalhador corta esperando ter seu ganho aumentado, mais tende a comprometer sua saúde e qualidade de vida, chegando a prescindir inclusive dos momentos de descanso legal. Trata-se, pois, de um sistema

³⁵ São vários os trabalhos que abordam essa questão, no entanto destacam-se: GUANAIS (2010); ALVES (2006;2008); SILVA (2005;2006a;2006b).

de trabalho que aumenta o nível de exploração do cortador, levando-o à exaustão e, no pior dos casos, até à morte (ALVES, 2006).

A pesquisadora Maria Aparecida de Moraes Silva (2005) considera que a busca por maior produtividade obriga os cortadores de cana a colher até 15 toneladas por dia em um ritmo frenético. Por isso afirma que nessas condições, os cortadores de cana passaram a ter uma vida útil de trabalho similar à do período da escravidão. Ela também destaca que não se deve ignorar a segmentação da força de trabalho dentro da mão de obra canavieira, em virtude de critérios regionais –paulistas e não paulistas, étnicos/raciais e de gênero, –pois as mulheres praticamente foram excluídas deste setor, e a imobilização da força de trabalho migrante (geralmente alojada em condições extremamente precárias, análogas à escravidão) em virtude de dívidas contraídas e outros tipos de dominação.

E ao que tudo indica, este sistema de trabalho degradante e exploratório não acaba com a recente mecanização. Segundo Silva (2014), o avanço tecnológico reconfigura o trabalho nos canaviais, evidenciando uma intensificação dos níveis de exploração não só do operador de máquina, mas também dos trabalhadores de categorias subsidiárias (recolhedor de pedras, tocos, restos de cana, distribuição de veneno, vinhaça), constituindo a perversa simbiose tecnologia/degradação do trabalho.

Em análise sobre o Judiciário Paulista e as queimadas de cana-de-açúcar foi constatado que em primeira instância o número de ações de procedência das Ações Cíveis Públicas é significativamente maior do que o de improcedência, devido ao contato cotidiano com as consequências maléficas da queima (PORTO, MANIGLIA, 2009: 139).

No entanto, a pesquisa empírica deste trabalho evidenciou que na região de Piracicaba ocorre o oposto, pois do corpo selecionado para análise em primeiro grau ou instância, três de quatro ações foram julgadas improcedentes. Ou seja, nos pleitos pela proibição imediata da queima da palha de cana-de-açúcar o Judiciário de Piracicaba mostra-se predominantemente conservador. Ele decide de forma favorável à manutenção das queimadas, ainda que sejam sentidos diretamente seus efeitos maléficos pelas populações das regiões canavieiras. E isso provoca um questionamento bastante relevante e atual sobre o papel do direito: o distanciamento

entre o judiciário -e portanto os magistrados- e a sociedade dentro do quadro atual do Estado Democrático de Direito que, como fora colocado no Capítulo II, deita raízes no passado colonial escravagista e certamente é um entrave para o pleno exercício da cidadania.

Igualmente não se deve deixar de lado que é a população mais pobre, aquela que possui menor disponibilidade de assistência médico-hospitalar privada, sobre a qual tais prejuízos recaíram com mais impacto, passando a aumentar as longas filas do já fragilizado Sistema Único de Saúde. Nesse sentido, vê-se que o dano socioambiental oriundo das queimadas se estende inclusive ao Estado, onerando-o desnecessariamente.

Nas decisões analisadas, especificamente aquelas anteriores ao ano 2000, se tem como fundamento central para decidir a falta de consenso científico sobre os efeitos prejudiciais das queimadas para o meio ambiente e para a sociedade. Isso porque a batalha iniciada em 1989 entre opositores e defensores da prática na busca de uma verdade científica sobre a queima da cana-de-açúcar foi diminuindo sua intensidade, até que em 1998 não se teve mais informações sobre a divulgação de trabalhos científicos em defesa da queima da cana-de-açúcar (ANDRADE JUNIOR, 2013).

Nesse sentido, argumentaram alguns juízes que:

“...é controvertida a questão da poluição causada pela queima da palha da cana de açúcar, causando prejuízo à população e ao meio ambiente. O certo é que, por ora, inexistiu estudo conclusivo e pacífico de que os gases emanados das queimadas da palha de cana de açúcar possam acarretar prejuízo à saúde da população. Não há, ainda, a indispensável comprovação por estudo epidemiológico, convincente da relação entre as queimadas e doenças respiratórias”³⁶.

E aqui, mais uma vez, a influência da opinião publicada desempenhou um papel muito importante na busca pela verdade científica acerca das queimadas, pois a maior parte das matérias publicadas envolvendo a cana-de-açúcar referia os inúmeros benefícios da cultura e seu modo de produção. Assim, no estado de São Paulo são muitas as publicações de notícias e entrevistas com especialistas de renome nacional e internacional afirmando que *"a cana é uma das culturas mais ecológicas que existe"*³⁷, ou que estaríamos diante de uma prática inofensiva que só contribuiria para

³⁶ Sentença processo nº 451.01.1996.009483-9 da 4ª vara cível da comarca de Piracicaba.

³⁷ Jornal a cidade. Cana garante qualidade do ar em Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 15 de outubro. 1992, p. 11.

aumentar a qualidade de vida da população, o que, no final das contas, é um privilégio de quem mora no interior³⁸.

Inclusive aberrações, por exemplo a defesa de benefícios advindos da cana por ser ela um exemplo histórico, pois *"quatro séculos ininterruptos de canaviais preservaram o que resta de terra fértil no nordeste, a zona da mata; fossem 400 anos de qualquer outra lavoura e lá não existiria mais nada"*³⁹ ou, no critério do ex-desembargador do tribunal de justiça do estado de São Paulo, Rui Vianna, para quem a cana é sinônimo de crescimento.

Contudo, como se viu especificamente no Capítulo I, as queimadas emitem uma grande quantidade de gases prejudiciais à atmosfera, afetando o ambiente e a saúde pública. Em análise tendo como foco a cidade de Piracicaba/SP, Cançado (2003) mostra detalhadamente os poluentes emitidos pela queima da palha da cana-de-açúcar e suas principais consequências para a saúde da população:

Quadro 1 – Poluentes emitidos pela queima da palha da cana-de-açúcar e suas principais consequências para a saúde da população.

Substância	Descrição	Principais problemas à saúde associados
Material particulado	Mistura de partículas líquidas e sólidas em suspensão no ar.	Doenças pulmonares e asma brônquica.
Hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (HPA)	Compostos orgânicos de carbono e hidrogênio que possuem mais de uma estrutura em anel e, pelo menos, um núcleo benzênico. Alguns dos compostos são carcinogênicos.	Câncer de pulmão.
Monóxido de carbono (CO)	Gás tóxico incolor e inodoro produzido pela combustão incompleta na queima de biomassa e de combustíveis fósseis.	Prejudica o raciocínio, a percepção, produz cefaléia, diminuição dos reflexos, redução da destreza manual e sonolência. Sinais de desorientação e fadiga. Podem levar até à morte.

³⁸ Folha de São Paulo. Qualidade do ar é boa mesmo no período de queimadas, diz Cetesb, São Paulo, 23 de fevereiro. 1992. Folha Nordeste.

³⁹ Jornal O diário. Canaviais combatem efeito estufa. São Paulo, 04 de julho. 1993.

Quadro 1 – Poluentes emitidos pela queima da palha da cana-de-açúcar e suas principais consequências para a saúde da população.

(Continuação)

Substância	Descrição	Principais problemas à saúde associados
Compostos de nitrogênio, especialmente o dióxido de nitrogênio	É um agente oxidante que apresenta efeito tóxico.	Irrita as mucosas; doenças inflamatórias no trato respiratório, como traqueíte, bronquite crônica, enfisema pulmonar, espessamento de barreira alvéolo-capilar e broncopneumonias químicas.
Compostos de enxofre (dissulfeto de hidrogênio e dióxido de enxofre)	Uma vez na atmosfera o dióxido de enxofre é oxidado e transformado em ácido sulfúrico.	Descréscimo da função pulmonar, asma brônquica, doença pulmonar obstrutiva crônica.
Aldeídos, especialmente os formaldeídos	Compostos químicos resultantes da oxidação parcial dos álcoois. Os formaldeídos são carcinogênicos.	Diminuição da atividade dos macrófagos pulmonares; irritação nos olhos, nariz, garganta e vias aéreas em geral. Câncer.
Ácidos orgânicos (tais como ácido fórmico e ácido acético)	São produzidos pela oxidação dos aldeídos durante a combustão da biomassa.	Irritação das mucosas; desencadeamento de processos inflamatórios.
Compostos orgânicos voláteis e semivoláteis (COVS), dentre os quais o metano.	Compreendem uma vasta gama de compostos químicos que têm como elemento comum o carbono e participam de reações fotoquímicas na atmosfera. Alguns, como o benzeno, podem ser carcinogênicos.	Irritação nos olhos, tosse, sonolência e silibos. Câncer.
Ozônio	Gás derivado de reações fotoquímicas catalisadas pelos raios ultravioleta da luz solar, envolvendo, como precursores, óxido de nitrogênio (Nox) e compostos orgânicos voláteis e semivoláteis (COVS).	Doenças respiratórias em geral.
Fração inorgânica das partículas (chumbo, asbesto, sulfato etc.)	Depende de diversos fatores, tais como o conteúdo dos elementos químicos no solo e a bioconcentração dos mesmos na vegetação.	Efeitos toxicológicos ainda não completamente estabelecidos.

Quadro 1 – Poluentes emitidos pela queima da palha da cana-de-açúcar e suas principais consequências para a saúde da população.

(Conclusão)

Substância	Descrição	Principais problemas à saúde associados
Outros gases, como as dioxinas	São extremamente persistentes e largamente distribuídos no meio ambiente.	Lesões dermatológicas, como a acne e hiperpigmentação; alterações no metabolismo lipídico e da função hepática; fraqueza generalizada e perda de peso. Com relação a queima de biomassa esses efeitos ainda não foram determinados.

Fonte: Ação Civil Pública nº 002693.21.2012.403.6109 que tramita na 2ª Vara Federal da Comarca de Piracicaba/SP.

Ele conclui que a principal causa de poluição atmosférica na cidade de Piracicaba é a queima da palha da cana-de-açúcar, tendo impactos negativos significativos para a saúde humana, elevando o número de internações hospitalares por doenças respiratórias em crianças, adolescentes e idosos.

As já danosas consequências das queimadas se redimensionam quando se trata do próprio trabalhador canavieiro. Segundo Hess (2008):

“Em um estudo divulgado em 2006 (BOSSO et al, 2006) foi constatado que cortadores de cana saudáveis e não-fumantes que trabalhavam em canaviais do Estado de São Paulo, na época da colheita, apresentavam na urina substâncias que indicavam que estes trabalhadores haviam sido intensamente expostos a HPAs genotóxicos e mutagênicos, e que fora do período de colheita, estes teores eram bem menores. Segundo os autores, o estudo comprovou que as condições de trabalho expõem os cortadores de cana a poluentes que levam ao risco potencial de adoecimento, principalmente, por problemas respiratórios e câncer de pulmão.”

Agrava essa situação o fato de que as queimadas são realizadas em um período do ano em que a umidade relativa do ar é muito baixa, dificultando a dispersão dos poluentes descritos anteriormente e, portanto, contribuindo para que os mesmos se acumulem e intensifiquem os danos.

Assim, a preferência dos julgadores pela proteção do interesse econômico do setor sucroenergético, em detrimento de proteger e garantir direitos difusos e fundamentais como os de cunho social ou ambiental, denota que o judiciário tem assumido o papel de defensor político do setor empresarial canavieiro em detrimento da sociedade brasileira, impondo barreiras à construção democrática.

A razão econômica que se sobressai nas decisões ora analisadas é legitimada no âmbito jurídico pelo apego excessivo à lei por parte dos magistrados, e que gera, nos termos de Streck (1999), uma “fetichização do discurso jurídico”⁴⁰, ou seja, um discurso em que a lei passa a ser vista como sendo uma lei em si, abstraída das condições históricossociais que a engendram, como se sua condição de lei fosse uma propriedade natural. Alia-se a esse quadro a permanência, ao longo da formação dos magistrados, de ficções jurídicas como o respeito à “vontade da norma”, “espírito do legislador”, “vontade do legislador” etc., que conduzem à aplicação mecânica da lei devido à uma espécie de sacralização do legislador. Mas quem de fato é o legislador?

Santiago Nino, citado por Streck (1999), ironiza as propriedades dessa figura singular que é o legislador. Para ele o legislador:

“é permanente, pois não desaparece com a passagem do tempo; é único como se todo o ordenamento obedecesse a uma única vontade; é consciente, porque conhece todas as normas que emana; é finalista, pois tem sempre uma intenção; é onisciente, pois nada lhe escapa, sejam eventos passados, futuros ou presentes; é onipotente, porque suas normas vigem até que ele mesmo as substitua; é justo, pois jamais quer uma injustiça; é coerente, ainda que se contradiga na prática; é onicompreensivo, pois o ordenamento tudo regula, explícita ou implicitamente; é econômico, ou seja, nunca é redundante; é operativo, pois todas as normas têm aplicabilidade, não havendo normas nem palavras inúteis; e por último, o legislador é preciso, pois apesar de se valer de palavras da linguagem natural, vagas e ambíguas, sempre lhes confere um sentido rigorosamente técnico” (p. 67-68).

Portanto, não se pode perder de vista que o legislador é humano e não uma figura superpoderosa ou divinamente constituída para ditar leis sempre justas. A atuação do legislador sempre apresenta limites delineados por sua formação, visão

⁴⁰ Streck, L.L. *Hermenêutica jurídica e (m) crise*. Livraria do Advogado. Porto Alegre/RS, 1999:16.

de mundo e outros fatores conjunturais que afetem a tomada de decisão dessa figura pública.

Nessa perspectiva, os juízes que decidiram pela continuidade das queimadas limitaram-se à simples aplicação da lei, mas não de qualquer lei, senão daquela feita pelo “legislador” à medida para resguardar os interesses do setor sucroenergético, ou seja, a lei 11241/2002. Este diploma legal foi proposto pelo governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin. A lei dispõe sobre a eliminação gradativa da queima da cana-de-açúcar, estipulando o fim das queimadas para as áreas mecanizáveis em 2021 e para as áreas não mecanizáveis em 2031. Ou seja, é uma lei que, proibindo, permite a continuidade das queimadas por muitos anos após sua promulgação, o que permite ao setor sucroenergético a exploração da cultura canavieira sem maiores inconvenientes, permitindo-lhe adequar-se progressivamente e em seu próprio tempo a um sistema de colheita menos degradante e ofensivo à população e ao meio ambiente.

Em 2008 firmou-se o protocolo agroambiental do estado de São Paulo, produto de um acordo entre a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Secretaria do Meio Ambiente, Organização dos Plantadores de Cana da Região Centro-sul do Brasil (ORPLANA) e União da Indústria de Cana-de-açúcar (UNICA), para diminuir este prazo para o ano de 2014.

Nesse sentido, o então Secretário do Meio Ambiente, Fernando Graziano, no 9º Congresso de Agrobusiness, na cidade de Brasília/DF, em 2007, pronunciou-se:

“Há uma lei no estado de São Paulo que permite que a queima de cana se estenda até 2031. Procuramos o setor e propusemos que ao invés de mudarmos a lei- porque nem sempre a lei é cumprida- que assumíssemos uma conduta ambiental. Esta mudança de postura também é necessária porque os países importadores não comprarão nossos biocombustíveis se a origem de produção não for ambientalmente ou ecologicamente adequada. Então a questão ambiental é, e será cada vez mais uma barreira comercial”.

No mesmo sentido:

“Não basta produzir etanol, combustível verde e obtido a partir de fontes renováveis, se ele chegar ao mercado do mundo civilizado eticamente contaminado pela fuligem das queimadas ou obscurecido pela acusação de que o setor sucroalcooleiro dos países emergentes ainda se utiliza de mão-de-obra análoga à de patamares inferiores aos das conquistas laborais do século XX”⁴¹.

⁴¹ Manifestação do Supremo Tribunal Federal em virtude de Recursos extraordinários interpostos com pedido de inconstitucionalidade da Lei nº 1.952 do Município de Paulínia/SP.

Segundo Andrade (2013), este acordo -que não prevê nenhuma sanção caso seja descumprido- permitiu ao setor sucroalcooleiro negociar junto ao executivo a obtenção de um certificado de conformidade agro ambiental. Com isso, o setor se esverdearia o suficiente para “inglês ver” e, assim, colocaria seus produtos no mercado do tal “mundo civilizado”.

Mas, apesar da aparência de interesse social e ambiental com que o protocolo foi firmado e amplamente divulgado, no fundo, este mantém suas intenções mercantilistas de expansão e lucratividade do setor sucroalcooleiro, o que desvenda a imbricada relação de dominação e poder que representa o agronegócio sobre o legislativo e o judiciário.

Exemplo dessa relação estreita entre o setor canavieiro e os poderes públicos do estado: por meio de projeto de resolução 4/2015, criou-se uma “Frente Parlamentar em defesa do setor sucroenergético” na Câmara de Vereadores de Piracicaba. Segundo o Presidente da Associação dos Fornecedores de cana de Piracicaba (AFOCAPI),

“Todos os níveis de Poder Legislativo desejam fazer algo pelo setor. Já temos a frente parlamentar na Câmara Federal e na Assembleia Legislativa e, como nossa região é canavieira, a Câmara de Vereadores poderá ter um papel importante também [...] o objetivo é reunir o maior número possível dos que apoiam o setor, para adotarem medidas que pressionem o governo a dar atenção merecida ao setor”⁴².

A frente também deverá promover amplo debate que possibilite a aproximação entre as entidades que defendem os direitos dos trabalhadores do setor e a classe empresarial, assim como apresentar propostas para a implementação de políticas públicas⁴³.

Embora a Lei 11.241/2002 seja o foco das atenções à hora de fundamentar as decisões que defendem a continuidade da queima da palha de cana-de-açúcar, subsidiariamente se faz uma interpretação “limitada” do artigo 27⁴⁴ do Código

⁴² Gazeta de Piracicaba. Frente de defesa: Câmara vota projeto que incentiva vereadores a atuarem nas demandas do setor. Piracicaba, 22 de maio de 2015, caderno cidade, p. 3.

⁴³ Jornal de Piracicaba. Câmara aprova frente parlamentar para discutir setor sucroenergético. Piracicaba, 23 de maio de 2015, caderno cidade, p. A7. No mesmo sentido, Gazeta de Piracicaba. Frente Parlamentar: iniciativa buscará soluções para problemas enfrentados pelo setor. Piracicaba, 3 de outubro de 2013, caderno cidade, p. 6.

⁴⁴ Atual artigo 38 do Código Florestal.

Florestal, que também passa a ser alicerce sólido em sua fundamentação nos seguintes termos:

“Do ponto de vista estritamente legal, não existe proibição de uso de fogo na prática de atividades agropastoris, desde que respeitados os limites fixados em lei. O art. 27, parágrafo único do Código Florestal proíbe apenas a queimada de florestas e vegetação nativa e não a palha da cana. [...] de onde se pode concluir que dentro de uma interpretação harmônica das normas legais ‘aquilo que não está proibido é porque está permitido’” (RESP n. 294.925-SP, j. 03/10/2002. Rel. Ministro José Delgado)⁴⁵.

Dessa maneira, o artigo 27 do Código Florestal foi interpretado de forma a adaptar-se e legitimar a prática das queimadas.

Cabe dizer ademais que além de sustentar seus julgamentos em leis infraconstitucionais, olvidando-se por completo de engrená-las acessoriamente aos princípios e dispositivos consagrados na Constituição Federal de 1988. Nesse ponto os magistrados chegam a contradizer-se. Se por um lado afirma-se que:

“É incontroverso que as queimadas atentam contra o meio ambiente no sentido da destruição da fauna e da flora, bem como aos malefícios que impõe à saúde humana em razão das complicações respiratórias e outras pertinentes”,

Em seguida pondera que “*nem por isso esta prática pode ser considerada ilegal*”⁴⁶, em gritante afronta aos mandamentos constitucionais de proteção socioambiental.

Mas as contradições não param por aí. Os trechos acima citados fazem parte do discurso do atual desembargador Moreira Viegas em processo 1150/2007 da 3ª Vara Cível de Piracicaba, revelando-se a favor da manutenção das queimadas, sendo que em processo de número de ordem 1339 do ano 1996, quando ainda era promotor de justiça, advogou pela proibição imediata da queima da palha de cana-de-açúcar.

Essas posturas que divergem, dependendo do local em que o locutor se encontre são fortes indícios de que, como se mostrou no item 3.1, o discurso pode alterar-se não só pelos atos individuais ou pensamentos conscientes do locutor, senão que é afetado e pressionado pelo que Bakhtin denominou de “horizonte social”, ou seja, pela época e o grupo social onde o locutor pode encontrar-se inserido ou pode-se reconhecer.

⁴⁵ Apelação nº 0020804-53.2007.8.26.0451 da 1ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente do Tribunal de Justiça de São Paulo.

⁴⁶ Apelação nº 0020804-53.2007.8.26.0451 1ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Nesse sentido são as esclarecedoras afirmações de Goldmann (1979):

“Não cremos que o pensamento e a obra de um autor possam ser compreendidos por si mesmos se permanecerem no plano dos escritos e mesmo no plano das leituras e das influências. O pensamento é apenas um aspecto parcial de uma realidade menos abstrata: o homem vivo e inteiro. E este, por sua vez, é apenas um elemento do conjunto que é o grupo social. Uma ideia, uma obra só recebe sua verdadeira significação quando é integrada ao conjunto de uma vida e de um comportamento. Além disso acontece frequentemente que o comportamento que permite compreender a obra não é o do autor, mas o de um grupo social (ao qual o autor pode não pertencer) e sobretudo, quando se trata de obras importantes, o comportamento de uma classe social” (p. 8).

Encontram-se também nas decisões analisadas argumentos grotescos como o de um suposto interesse maior da indústria sucroalcooleira e as práticas por ela efetuadas⁴⁷, pois de grande interesse para a nação, devendo portanto ser toleradas pela coletividade:

“...é forçoso reconhecer que a indústria alcooleira detém interesse ainda maior em sua manutenção, inclusive nas práticas por ela efetuadas, por que interessa a toda a nação, e não somente a um ou alguns determinados municípios. Desta forma e em conta do interesse coletivo, deverá preponderar o interesse da coletividade maior, sendo que o incômodo de alguns deve por eles ser suportado em benefícios de todos os demais. Considera-se, ademais, que a suspensão abrupta da prática das queimadas poderá gerar problemas ainda maiores que a sua continuação, mormente no campo econômico e social, afetando de forma mais gravosa a mesma população que se quer defender. Por esta razão a proteção ambiental há de girar-se dentro dos parâmetros da racionalidade, buscando a harmonização da exploração dos recursos naturais com a manutenção do meio ambiente...”⁴⁸.

O que o magistrado não diz nesse trecho, nem em nenhum outro de sua decisão, é que, enquanto ele estabelece que a população deve suportar os incômodos das queimadas de cana-de-açúcar em virtude de um benefício nacional maior, está na verdade socializando os prejuízos advindos dessa prática e mantendo os altos lucros do setor sucro alcooleiro nas mesmas poucas mãos de sempre. Assim, tem-se que esse posicionamento configura-se à margem da Constituição Federal de 1988 e do processo de construção democrático. Então, para que e para quem o Direito e o judiciário tem servido no Brasil?

Em sede estadual, a proibição almejada pelo MPSP não obteve resposta satisfatória por parte do judiciário piracicabano, que se mostrou bastante conservador

⁴⁷ Como não especificam que tipo de práticas, entende-se que todas as que forem necessárias para a continuidade da indústria.

⁴⁸ Embargos infringentes nº 241.215.5/0-01- Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

ao defender os benefícios econômicos advindos da queima por parte do setor sucroenergético.

Todavia, a luta para pôr fim a tão degradante atividade travada pelo Ministério Público perante o judiciário não cessou e continuou a trilhar novos caminhos, como veremos a seguir.

4.2.2 Decisões proibitivas

Depois de um período de recorrentes improcedências em sede estadual, em abril de 2012 o MP Federal ingressou com Ação Civil Pública perante a Justiça Federal de Piracicaba, requerendo a nulidade de todas as autorizações e licenças de queima controlada da palha de cana-de-açúcar expedidas pela CETESB e a submissão das futuras licenças à realização do Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental contemplado na Constituição⁴⁹.

Embora de forma minoritária, alguns magistrados corajosamente julgaram procedentes os pedidos de proibição feitos pelo Ministério Público (estadual e federal) em sede de ação civil pública. Nestas decisões o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (contemplado no artigo 225 da Constituição Federal de 1988) figura como elemento central, chegando inclusive, a critério de alguns magistrados, a ser considerado como cláusula pétrea, passando a nortear todas as demais disposições, uma vez que:

“A existência desses brasileiros depende, como de resto de todas as pessoas, da preservação maior que nos intima o ambiente e a ecologia planetária, sendo de ordem supracomunitária os bens ambientais e ecológicos”⁵⁰.

Nesse sentido, o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado constitui-se como um *“importante vetor axiológico”* que *“não pode ser olvidado a qualquer pretexto”*⁵¹. Por isso, esse direito não deveria conflitar com outros

⁴⁹ Diferente da proibição imediata requerida pelo MP estadual, o Ministério Público Federal não requereu a proibição imediata e sim o sujeitamento da emissão de licenças de queima ao estudo de impacto ambiental. Nesse sentido, reconhece-se uma iniciativa “progressista” por parte do Ministério Público na vontade e argumentação em defesa de um direito difuso tão importante como o meio ambiente, mas, ao mesmo tempo, verifica-se um viés conservador quando, ao invés de requerer a eliminação da prática pelos já comprovados danos socioambientais, a sujeita à prévia realização do estudo de impacto ambiental.

⁵⁰ Sentença em Ação Civil Pública nº 0002693.21.2012.403.6109 da 2ª Vara Federal da Comarca de Piracicaba/SP.

⁵¹ Acórdão da apelação no processo 1339.

direitos fundamentais e sim conviver harmonicamente com eles, já que todos estariam orientados à busca da qualidade de vida e garantia de uma existência digna.

No debate Inter-partes dos processos pode-se perceber que existe uma tensão, senão disputa entre quem defende a prática e quem a condena, pois cada parte quer colocar prioritariamente o direito que defende. Por um lado estão os que tentam colocar prioritariamente o direito à livre iniciativa econômica contido no artigo 170 da constituição, justificando-se no aumento de empregos e de ingresso per capita, o que garantiria a almejada justiça social; e por outro os que acreditam que a garantia de um meio ambiente ecologicamente equilibrado deva estar acima de outras garantias.

Nos julgamentos analisados, percebeu-se que manteve-se uma tensão ou confronto entre os magistrados que adotaram uma linha hermenêutica de improcedência, ou seja, aqueles que permitiram a continuidade das queimadas fundamentando seus julgamentos na primazia do direito à livre iniciativa econômica por gerar empregos e crescimento econômico; e os que, defendendo a complementariedade dos distintos princípios e direitos fundamentais, uma vez que todos se norteiam em prol da obtenção do bem estar e da justiça social, objetivos da ordem social traçada pela constituição (art. 193 CF).

“Quanto à ordem econômica, frequentemente contraposta, de forma equivocada, aos postulados da proteção e defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado, a constituição de 1988 determina ser fundada na valorização do trabalho e na livre iniciativa, tendo por objetivo assegurar a todos uma existência digna (art. 170, caput). Não por outro motivo a constituição condiciona o direito de propriedade ao cumprimento de sua função social (art. 5, XXIII, e art. 170, III), além de submeter a livre iniciativa, fundamento da ordem econômica, à observância de princípios como o da defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processo de elaboração e prestação (CF/88, art. 170, VI)”⁵².

Por isso, mais do que divergências, entre o direito à livre iniciativa econômica e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado há compatibilidades, pois ambos compartilham, sob o prisma constitucional, as mesmas preocupações, quais sejam a existência digna das pessoas e sua qualidade de vida, por esse motivo:

“Não há que se cumprir a constituição apenas naquilo que parcialmente interessa aos empreendedores (livre iniciativa e propriedade privada) mas na sua integralidade...ou é assim u cedo ou tarde perecerão outros valores tão caros para uma sociedade livre e democrática”⁵³.

⁵² Sentença processo nº 002693-21.2012.403.6109 da 2ª Vara Federal da Comarca de Piracicaba.

⁵³ Apelação Cível nº 241.215.5/8-00. Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Rel. Magalhães Coelho.

Nesse sentido, o desembargador do tribunal regional federal Newton de Lucca considera que, se sobrepuséssemos a ordem econômica sobre outros valores:

“o mundo ainda estaria estagnado nas péssimas condições da revolução industrial inglesa do século XVIII, em que idosos, mulheres e crianças eram submetidos a rotinas de 18 de horas de trabalho, em situações penosas e sob altas temperaturas –como as que talvez as que ora enfrentam os cortadores de cana- e as cidades eram totalmente cobertas pela fuligem originária das fábricas - como ainda se observa nas regiões canavieiras”⁵⁴.

À luz das considerações feitas anteriormente constatou-se que, nas decisões que proíbem as queimadas da palha de cana-de-açúcar, a constituição tem um papel basilar na argumentação dos magistrados ao fundamentarem seus julgamentos. Eles invocam os preceitos constitucionais com força e de forma recorrente, destacando seu papel reitor do ordenamento jurídico vigente com o propósito de evitar a existência de leis que convalidem “*práticas econômicas que hostilizam o meio ambiente*” ou, quando já existentes, “*permaneçam inalteradas e infensas às determinações constitucionais aplicáveis*”⁵⁵.

Certamente, na análise processual realizada, pode-se verificar que nas decisões proibitivas a palavra “constituição federal” se repete mais de trinta vezes, enquanto que nos julgamentos permissivos ela é mencionada aproximadamente dez vezes.

O código florestal também figura como elemento normativo importante nesta postura hermenêutica. Diferente da interpretação feita pelos magistrados que permitiram a continuidade das queimadas, os magistrados que, de forma mais progressista, proibiram a queima da palha de cana-de-açúcar, consideram que:

“Ainda que o legislador brasileiro tenha excepcionado a vedação do uso do fogo no processo produtivo agrícola no inciso I do artigo 38 do Código Florestal, a cultura da cana de açúcar não deve ser concebida como prática agropastoril nem florestal mas sim como atividade agroindustrial ou agrícola organizada “empresarialmente” com clara possibilidade de desenvolver técnica menos agressiva ao meio ambiente e as populações das regiões canavieiras”⁵⁶.

Tampouco há a preocupação em se evitar a destruição dos espécimes da fauna silvestre aninhados nos canaviais, alguns inclusive ameaçados de extinção.

“Entre eles podemos citar alguns marsupiais (gambás, sarigüês etc.), quirópteros (morcegos), primatas (macaco-prego, saguis, macaco-aranha etc.), desdentados (tamanduás e tatus), roedores (capivaras e pacas), carnívoros (onçaparda, suçuarana,

⁵⁴ Sentença do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em processo nº 0022776-52.2012.403.0000/SP, 2012. Rel. Newton de Lucca.

⁵⁵ Sentença processo nº 002693-21.2012.403.6109 da 2ª Vara Federal da Comarca de Piracicaba.

⁵⁶ Sentença em Ação Civil Pública nº 0002693.21.2012.403.6109 da 2ª Vara Federal de Piracicaba/SP.

jaguatirica, cachorro-do-mato, lobo-guará etc.), ungulados (anta), colimbiformes (mergulhão-pequeno), passeriformes (bem-te-vi), piciformes (tucanos), cuculiformes (anú, anú-branco), micropodiformes (beija-flor), ofídios, dentre tantos outros”⁵⁷.

O uso do fogo para a colheita da cana-de-açúcar traz impactos danosos à fauna e à flora, uma vez que nas áreas submetidas à prática as temperaturas podem atingir até 800°C, expondo de maneira direta e incontrolável espécimes da fauna silvestre ou não, ameaçados de extinção ou não, que habitam os canaviais e áreas adjacentes à morte cruel por carbonização ou asfixia, bem como a graves ferimentos por queimaduras e atropelamentos decorrentes de fuga das áreas atingidas para as vias rodoviárias próximas, o que inevitavelmente prejudica e coloca em risco a visibilidade e o tráfego de pessoas e veículos na região, contrariando o disposto na Lei 5197/67, que dispõe sobre a proteção à fauna e principalmente a Constituição Federal de 1988, que atribui ao Poder Público o dever de “proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade” (art. 225, § 1º, VII).

Segundo depoimento da médica veterinária do Zoológico Municipal de Piracicaba, Marianna Ricciardi Curi, é frequente o recebimento de animais feridos com a prática das queimadas, dentre os quais alguns ameaçados de extinção, frisando que a chance de sobrevivência nestes casos é pequena⁵⁸.

Figura 7 - Imagens de onça-parda resgatada em uma área de queima de cana, em Promissão/SP.

Fonte: Ação Civil Pública nº 002693-21.2012.403.6109 da 2ª Vara Federal da Comarca de Piracicaba

⁵⁷ Descrição extraída da peça inicial em Ação Civil Pública nº 0002693.21.2012.403.6109 da 2ª Vara Federal de Piracicaba/SP

⁵⁸ Depoimento extraído de peça inicial em Ação Civil Pública nº 0002693.21.2012.403.6109 da 2ª Vara Federal de Piracicaba/SP.

Não surpreende pois, que aqueles que defendem a manutenção das queimadas, além do manifesto descaso com o meio ambiente e com a sociedade, não se sensibilizam sequer com os danos ocasionados aos animais, como se verifica no amplo conjunto probatório lastreado pelo Ministério Público Federal em sua peça inicial.

Nesse sentido, o julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal que envolvia avaliar se a prática conhecida popularmente como “farra do boi”⁵⁹ poderia ser considerada patrimônio cultural brasileiro, levanta uma questão importante e que se mostra crucial para a análise pretendida neste trabalho:

“As duas tentações que podem rondar o julgador e que devem ser repelidas para um correto exame da controvérsia são, primeiro, a consideração metajurídica das prioridades: por que, num país de dramas sociais tão pungentes, há pessoas preocupando-se com a integridade física ou com a sensibilidade dos animais?

(...)com a negligência no que se refere à sensibilidade dos animais, anda-se meio caminho até a indiferença a quanto se faça a seres humanos. Essas duas formas de desídia são irmãs e quase sempre se reúnem, escalonadamente...”⁶⁰.

Certamente, como apontado no capítulo II, a desigualdade perante a lei é secular e dilacera a nação brasileira. Uma nação que mal se tem reconhecido na lei e que faz de suas instituições uma forma de prolongamento no tempo e no espaço destas desigualdades. Isto fica claro quando vemos um judiciário que decide agir em defesa do setor sucroenergético em detrimento da maior parte da população em que recaem os prejuízos dessa prática com mais intensidade.

E o que esperar então quando da proteção ao meio ambiente se trata? Nesse sentido: *“As populações diretamente afetadas continuam a suportar com o preço de*

⁵⁹ A farra começa quando o boi é solto e perseguido pelos “farristas” (homens, mulheres e crianças), que carregam pedaços de pau, facas, lanças de bambu, cordas, chicotes e pedras. Eles perseguem o boi, que, no desespero de fugir, corre em direção ao mar, onde acaba se afogando; ou em direção às vilas, podendo invadir casas, hotéis ou qualquer lugar onde o animal possa abrigar-se. Antes do evento o boi é confinado, sem alimento disponível, por vários dias. Para aumentar seu desespero, comida e água são colocados em um local onde ele possa ver, mas não possa alcançar. As torturas mais frequentes são banhar o animal em gasolina e depois incendiá-lo, jogar pimenta em seus olhos, que geralmente são arrancados, quebrar os cornos e patas do animal, cortar o rabo, o boi pode ser esfaqueado e espancado, mas há certo “cuidado” para que o animal permaneça vivo até o final da brincadeira (Projeto Esperança Animal, acesso em 09/10/2011 <http://www.pea.org.br/Crueldade/farra/index.htm>).

⁶⁰ RE nº 153.531-8/SC, cujo relator foi o Min. Marco Aurélio em Ação Civil Pública nº 002693-21.2012.403.6109 da 2ª Vara Federal da Comarca de Piracicaba.

*sua saúde o lucro dos que exploram essa atividade de forma irresponsável com o direito constitucionalmente assegurado à sadia qualidade de vida*⁶¹.

Lucro que como se vê é defendido a todo custo, chegando a elaborar argumentos caricatos. Tal é o caso do suposto valor cultural que a cana-de-açúcar teria para o Brasil, devido à sua origem simultânea ao processo de colonização.

Diante desse assunto, alguns dos juízes que se posicionam contrários às queimadas na despalha da cana de açúcar recorrem à obra de Sérgio Buarque de Holanda, “Raízes do Brasil”, para mostrar que o que é realmente cultural e que vem desde os tempos da colonização é o desejo de fazer grandes riquezas sem muito sacrifício, ou seja, de forma fácil, querendo “servir-se da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, só para desfrutarem e a deixarem destruída” (HOLANDA, 2014:52).

“Realmente a queimada da cana é um recurso utilizado há séculos, no Brasil e em países pobres, pois os denominados países ricos não a utilizam como ela é utilizada aqui há muito tempo. Aliás, a cultura da queimada na lavoura e em especial na lavoura de cana vem desde a época do período colonial e evidencia não só o desrespeito com o meio ambiente, como também o desejo de baixar os custos da produção. Demonstra também o descaso com o meio ambiente e o fato de persistir até hoje é motivos de vergonha e não de resignação”⁶².

⁶¹ Sentença em nº 002693-21.2012.403.6109 da 2ª Vara Federal da Comarca de Piracicaba.

⁶² Sentença processo nº 002693-21.2012.403.6109 da 2ª vara federal da comarca de Piracicaba.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Município de Piracicaba/SP é um importante polo produtor e de industrialização de cana-de-açúcar, ocupando mais de 76% de sua área agrícola total (BENEDITO; SOUZA, 2010).

Para a colheita desse vegetal, o empresariado canavieiro utiliza a prática da queima de palhas e folhas que recobrem o caule, para facilitar o corte e aumentar o lucro do setor. No entanto, como mostrado, a queima lança à atmosfera uma grande quantidade e variedade de gases tóxicos que, por si sós ou em combinação com outros, têm grande impacto para a sociedade e para o ambiente. Assim, a queima da cana-de-açúcar constitui-se como uma técnica que aprofunda a desigualdade, uma vez que, por um lado, beneficia economicamente o empresariado canavieiro, e, por outro, socializa os prejuízos advindos dela.

Embora danosa, a queima é praticada em larga escala no Brasil há muito tempo. Dessa forma, quando se confrontou a permanência dessa prática com a proteção socioambiental estabelecida na Constituição Federal de 1988, verificou-se que as queimadas encontram-se à margem da lei. Dessa maneira, surgiu a seguinte pergunta: por que se mantem as queimadas apesar do alto impacto socioambiental e em evidente contravenção à proteção ambiental estabelecida na Constituição?

Na busca pela resposta a esse questionamento, chamou-se a atenção para os arranjos jurídico-políticos elaborados na efervescência da redemocratização no Brasil. Nesse sentido, iniciou-se no Estado de São Paulo um processo de confronto entre grupos a favor das queimadas e outros contrários a elas. Entretanto, nessas contradições, sempre houve um vitorioso: o empresariado canavieiro, que teve seus interesses contemplados legalmente no melhor estilo “ao gosto do freguês”, ainda que em evidente contradição com a Constituição Federal de 1988 e em detrimento da sociedade e do meio ambiente.

Um dos lugares onde se manifestou com mais força esse confronto de interesses foi o judiciário. Nesse contexto, procurou-se compreender e refletir sobre a forma como vem sendo usado o direito pelos magistrados nos casos da queima de palha de cana-de-açúcar no município de Piracicaba/SP.

Para isso buscou-se, por meio de uma resenha histórica, levantar elementos importantes para a compreensão do judiciário como poder público desde a consolidação do Estado moderno nos países de capitalismo avançado. Com o Estado Liberal recusando-se a intervir nas questões econômicas e sociais, mostrou-se que foram priorizados direitos de caráter individual e privado, e que conjuntamente com o arraigo do positivismo na ordem jurídica da época, desenvolveu-se nos juristas o apego excessivo à lei, daí derivando um dos princípios que ainda vigoram na ordem jurídica atual, o “império da lei”, contemplado constitucionalmente no artigo 5º da Constituição Federal de 1988. Igualmente e como consequência do anterior, o direito instituiu-se como um repositório de verdades acabadas provenientes de uma técnica jurídica “neutra” e “imparcial”.

Posteriormente, influenciado pela complexidade social, política e econômica no estado de bem-estar social, o direito, nos países de capitalismo avançado, contemplou novos direitos e serviços universais de cunho social, como o direito laboral, econômico, etc., assim como também se regularam os mecanismos para a sua defesa e reivindicação, inclusive em contra do estado. Nesse período houve duas consequências importantes: a aproximação entre a sociedade e o sistema jurídico durante muito tempo omissa e ausente socialmente, o que, por sua vez, conferiu visibilidade à atuação dos tribunais, uma vez que foram chamados a resolver conflitos sociais, assumindo o direito papel central como instrumento de luta. Contudo, o direito também mostrou seus limites e a (in) eficácia do desempenho judicial, já que os tribunais passaram a ser avaliados e questionados pela sociedade, que trazia à tona temas anteriormente negligenciados, como o questionamento da própria organização do poder judiciário, a formação dos operadores do direito, o que é e como funciona a democracia? etc..

Conjuntamente à litigiosidade do social se iniciava o processo de globalização da economia, cuja maior consequência no âmbito jurídico foi a proliferação de leis e marcos reguladores, tornando ainda mais complexa a administração de justiça.

Hoje, diante da crescente desigualdade social, intensificação de trocas econômicas neoliberais e enfraquecimento do estado-nação, o direito encontra-se

limitado pelo próprio estado, de forma a proteger o mercado e seus interesses, perdendo o seu potencial outrora emancipatório.

No caso do Brasil, país periférico do capitalismo avançado, não se consolidou o estado-providência, e isso, como vimos, deixou suas marcas na forma como se organiza e funciona o estado e suas instituições. Nesse sentido, a ideologia moderna nos moldes europeus não encontrou terreno fértil para enraizar-se no Brasil. A presença dominante de uma mentalidade de raízes rurais, em que a família extensa era o círculo vital e a medida de todas as coisas, como mostrado por Holanda (2014), dificultou a encarnação de princípios e ficções liberais como a nascença dos homens em igualdade. Ou seja, o Brasil não adotou como ideologia dominante o ideário liberal nos moldes europeus. Antes, ele era implementado pelas classes dominantes como ornamento modernizatório sempre que fosse ajustado à manutenção dos seus interesses (SCHWARZ, 1973), o que marcou definitivamente a instauração das instituições e, em consequência, do direito e demais práticas sociais.

Destacaram-se nesse sentido duas que tomam relevância para o objeto de nossa pesquisa: o bacharelismo e o coronelismo. Em ambas, ainda que com características próprias, permanece intocada a cultura e mentalidade personalista e seletiva que teve suas origens na época colonial.

Ainda que o Brasil tenha incorporado o receituário liberal, permanece na trama das relações sociais um Brasil real em que hierarquias de todo tipo desfazem a igualdade prometida por lei. A isso Dagnino (1994) chama de “autoritarismo social”, podendo manifestar-se quanto à raça, gênero, classe, etc., e cujo principal objetivo é colocar cada um no seu devido lugar.

Ainda hoje estão presentes e dominantes alguns elementos do personalismo de origem colonial dentro da sociedade brasileira. No que toca à justiça, por exemplo, vemos em muitos casos a aplicação seletiva da lei, que traduz na prática jurídica dos tribunais e demais operadores de direito –inclusive o Ministério Público– uma concepção de mundo dos magistrados, que percebem de forma desigual os cidadãos. Assim, tem-se que a desigualdade perante a lei é secular e dilacera a nação brasileira. Uma nação que mal se tem reconhecido na lei e que faz de suas instituições uma forma de prolongamento no tempo e no espaço destas desigualdades. Isto fica claro

quando vemos um judiciário que decide agir em defesa do empresariado canavieiro, apesar do impacto socioambiental oriundo dessa prática.

Diante desse panorama histórico, verificou-se, do corpus analisado, que os magistrados decidiram majoritariamente pela manutenção da queima da palha de cana-de-açúcar (Anexo 2), mostrando uma atuação predominantemente conservadora, na medida em que defendem os interesses econômicos do empresariado e ferem direitos socioambientais consagrados constitucionalmente. Essa postura evidencia que o judiciário tem assumido, de forma cada vez mais nítida, o papel de defensor político do setor sucroenergético, provocando ou intensificando uma série de questionamentos a respeito da eficácia e legitimidade do direito nos moldes do atual estado democrático de direito. Em contrapartida, alguns magistrados, de forma minoritária (anexo 2), optaram por proibir as queimadas tendo como fundamento as disposições constitucionais e a defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito comum da sociedade como um todo.

Essa divergência transparece uma tensão significativa entre as linhas hermenêuticas adotadas pelos magistrados nos pleitos pela proibição das queimadas de palha de cana-de-açúcar em Piracicaba. Por um lado, a maioria deles declarando a improcedência da ação, ou seja, permitindo a continuidade das queimadas amparados no direito à livre iniciativa econômica e em evidente defesa dos interesses do empresariado canavieiro e em leis como a nº 11.241/2002, que dispõe sobre a queima gradativa da palha de cana-de-açúcar feita e, como vimos, elaborada de acordo com os interesses do setor sucroenergético; por outro, uma minoria baseada em disposições constitucionais e orientada à realização da justiça social declarou a procedência das ações e proibiu as queimadas.

Esse confronto traduz-se em uma importante tensão que diz sobre a forma como os juízes concebem e aplicam o direito e a justiça segundo seu horizonte ou visão de mundo e a partir do quadro social mais amplo no qual estão inseridos. Deve-se lembrar que é nas lutas e contradições presentes nas diferentes práxis jurídicas que se pode avançar no processo permanente de construção de um direito comprometido com a obtenção de igualdade e justiça social.

Assim pretende-se, com este estudo, impulsionar posteriores análises a respeito do direito e sua potencialidade transformadora no campo socioambiental.

REFERENCIAS

ALVES, F. Por que morrem os cortadores de cana?. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.15, n. p.90-98, 2006..

ALVES, F. Trabalho e trabalhadores no corte de cana: ainda a polêmica sobre o pagamento por produção e as mortes por excesso de trabalho. In: BISON, N>; PEREIRA, JALVES, J.C. (Org.). **Agrocombustíveis, solução?** A vida por um fio no eito dos canaviais. São Paulo: CCJ, 2008.p. 22- 48.

ANDRADE, J.J. **Lutas ecossociais no contexto do agronegócio canavieiro: (re)-ordenação social nas lutas contra a queima da cana-de-açúcar e por uma reforma agrária ambientalizada**, 2013. 292p. Dissertação de (Mestrado em Direito) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2013.

ARANTES, R.B. Direito e política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. Revista brasileira de ciências sociais, São Paulo, v. 14, n. 39, p. 83-102, fev.1999. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269091999000100005&lng=pt&nrm=iso>.Acesso em: 05 jan. 2016.

ARANTES, R.B. **Ministério Público e Política no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré, 2002. 328p.

ARBEX, M.A. **Avaliação dos efeitos do material particulado proveniente da queima da plantação de cana-de-açúcar sobre a morbidade respiratória na população de Araraquara – SP**. 2001. 188p. Tese (Doutorado em Medicina) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006. 203p.

BARROSO, M.A. **Ibérica – Revista Interdisciplinar de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos** Juiz de Fora, v. 1, n.3, 13p. 2007.

BATISTA, N. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. **Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade**. Rio de Janeiro: Revan, Instituto Carioca de Criminologia, v.7, n. 12, p. 271-288, 2º semestre, 2002.

BOBBIO, N. **O positivismo jurídico**. Lições de filosofia do direito. São Paulo: Cone editora, 1995. 119p.

BOSSO, R.M.V. **Investigação de biomarcadores de suscetibilidade e de exposição ambiental em indivíduos ocupacionalmente expostos à queima de canaviais**. 2004. 106p. Tese (Doutor em Ciência Biológicas) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista (UNESP), São José do Rio Preto, 2004.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL, **Lei nº 7347/85** que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e da outras providências.

BRASIL, **Lei nº 12.651** de 25 de maio de 2012 que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.

BRASIL, **Decreto nº 2.661** de 8 de julho de 1998 que regulamenta o parágrafo único do art. 27 do Código Florestal.

BRASIL. Manual prático da promotoria de justiça do meio ambiente. Imprensa Oficial do Ministério Público do Estado de São Paulo. 2005

CANÇADO, J.E.D. **A poluição atmosférica e sua relação com a saúde humana na região canavieira de Piracicaba – SP**. 2003. 201p. Tese (Doutorado em Ciências) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

CARVALHO, J. de M. **Cidadania no Brasil: O longo Caminho**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 236p.

CRISTALE, J. **Influência da queima de cana-de-açúcar na presença de HPAs em ambiente residencial**. 2008. 103p. Dissertação (Mestrado em Química) - Instituto de Química, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2008.

DAGNINO, E. **Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania em Os anos 90**: Política e sociedade no Brasil. Editora Brasiliense. São Paulo, 1994.p.103-115.

DUARTE, MADALENA. **O direito e o movimento ambientalista em Portugal**. Coimbra:Editora Almedina. 2011. 296p.

GRINBERG, K. **Código Civil e Cidadania**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008. 86p.

HESS, S.C. **Mortes e doenças relacionadas à produção de etanol no Brasil**. Parecer técnico publicado no site Portal do Meio Ambiente. Disponível em: http://www.brasilagro.com.br/conteudo/parecer-tecnico-mortes-e-doencas-relacionadas-aproducao-de-etanol-no-brasil-dra-sonia-corina-hess.html#.VtX8o_krLIU. Acesso em: 5 maio 2015.

HOLANDA, S.B. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 220p.

KIRCHHOFF, Volker Walter Johann Heinrick; MARINHO, Edith Vasconcelos de Andrade. Projeto Fogo: um experimento para avaliar efeitos das queimadas de cana-de-açúcar na baixa atmosfera. **Revista Brasileira de Geofísica**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 107-119, 1991.

LARA, L.L. citar todos citar *et al.* "Chemical composition of rainwater and anthropogenic influences in the Piracicaba river basin, Southeast Brazil." **Atmospheric Environment**, v. 35, p. 4937- 4945, 2001.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.476p.

LEAL, V.N. **Coronelismo, enxada e voto: O Município e o Regime Representativo no Brasil**. 7. ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.180p.

LEONIDIO, A. 2012. Fundamento cultura jurídica. Oficina do CES nº 384. Coimbra, Portugal. 2012. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/6408_Oficina_do_CES_384.pdf

LOWY, M. Ideologias e Ciências Sociais: elementos para uma análise marxista. 16 ed.. São Paulo: Editora Cortez, 2003. 368p.

LYRA, R.F. **O que é o direito?** São Paulo: Editora brasiliense, 1982. 61p.

MACHADO, P.A.L. Direito ambiental brasileiro. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. 1177p.

MASCARO, A.L. **Introdução à filosofia do direito.** São Paulo: Editora atlas, 2002. 137p.

MATTA, R da. **A Casa e a Rua:** espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5.ed. Rio de Janeiro, 1997. 163p.

NEDER, G. **Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1995. 168p.

PATERLINI, W.C. **Fontes e composição das partículas atmosféricas na área urbana e rural da região central do estado de São Paulo.** 2007. 168p.. Tese (Doutorado em Química) - Instituto de Química de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

PEREIRA, M.H. **A terminologia jurídica: óbice ao exercício da cidadania?** 2001. 229p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto (SP), 2001.

PEROSA B; FREDO, C.E; WALTER, B. **Protocolo Agroambiental:** Riscos e oportunidades in Mercado & Negócios, Agroanalysis.. Edição, out. 2012. p. 16-18

PIRACICABA. Lei Complementar nº 178 de 11 de janeiro de 2006 que dispõe sobre a consolidação da legislação que disciplina o Código de Posturas do Município e dá outras providências.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 1999. 464p.

RIBEIRO, D. **o povo brasileiro.** A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 477p.

RIBEIRO, H. Queimadas de cana-de-açúcar no Brasil: efeitos à saúde respiratória. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 1-7, 2008.

SADEK, M.T; ARANTES, R.B. A Crise do Judiciário e a Visão dos juízes. **Revista USP**, Dossiê Judiciário, nº 21, 1994.

SALES, T. **Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira in Trama das desigualdades, drama da pobreza no Brasil**. 1993. 52p> tese (Livre-Docência) defendida na Unicamp em maio de 1993.

SANTOS, B.DS. **Os tribunais nas sociedades contemporâneas**, 1996. Disponível em:
http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_30/rbcs30_07.htm.

SANTOS, B.DS. **Poderá o direito ser emancipatório?** Revista crítica de ciências sociais nº 65. 2003. 3-76p.

SÃO PAULO, decreto estadual número 41.719, de 16 de abril de 1997 que dispõe sobre o uso, conservação e preservação do solo agrícola.

SÃO PAULO, decreto estadual nº 2.8848 de 1988 que dispõe sobre a proibição de queimadas na forma específica.

SÃO PAULO, decreto estadual nº 28.895 de 20 de setembro de 1988 que acrescenta dispositivo ao decreto nº 28.848 de 30 de agosto de 1988.

SÃO PAULO, decreto estadual nº 41.719 de 16 de abril de 1997 que regulamenta a Lei nº 6.171, de 4 de julho de 1988, alterada pela Lei nº 8.421, de 23 de novembro de 1993 que dispõe sobre o uso, conservação e preservação do solo agrícola.

SÃO PAULO, decreto estadual nº 42.056 de 06 de agosto de 1997 que altera a redação do artigo 5º do decreto nº 41.719 de 16 de abril de 1997 que regulamentou a Lei nº 6.171 de 04 de dezembro de 1988, alterada pela Lei nº 8.421, de 23 de novembro de 1993 que dispõe sobre o uso, conservação e preservação do solo agrícola.

SÃO PAULO, Lei nº 11.241, de 19 de setembro de 2002 que dispõe sobre a eliminação gradativa da queima da palha de cana-de-açúcar e dá providências correlatas.

SÃO PAULO, Lei nº 10.547, de 02 de maio de 2000 que define procedimentos, proibições e estabelece regras de execução e medidas de precaução a serem obedecidas quando do emprego do fogo em práticas agrícolas, pastoris e florestais.

SILVA, M.A.M. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”. **Agrária**, São Paulo, n. 2, p. 2-39, 2005.

SILVA, M.A.M Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”. **RELET – Revista Latinoamericana De Estudios Del Trabajo**, n.17, p. 48-82, 2005.

SILVA, M.A.M.A morte ronda os canaviais paulistas. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, cidade, v. 33, n.2, p. 111-114, 2006a

SILVA, M.A.M Trabalho e morte dos “Severinos” nos canaviais paulistas. In: _____ **Direitos humanos no Brasil 2006: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. 2006b.187p.

STRECK, L.L. **Hermenêutica jurídica e (m) crise**: Uma exploração hermenêutica da construção do direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999. 264p.

SWRACHZ, R. **As ideias fora do lugar**. Cadernos do CEBRAP. 1973.p.149-152.

TELLES, V. da S. **Os sentidos da destituição in Pobreza e cidadania**. Local:Editora 34. Universidade de São Paulo, 2001.p.57-88.

ÚNICA. **Etanol, açúcar e biodiversidade**. Disponível em: <http://www.unica.com.br> acesso em: 15 dez. 2015.

VIANNA, L.W; BURGOS, M. **Revolução processual do direito e democracia progressiva em A democracia e os três poderes no Brasil**. Editora UFMG., 2002. 554p.

VIANNA, L.W. **Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira**. Dados, Rio de Janeiro , v. 39, n. 3, p. , 1996 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581996000300004&lng=en&nrm=iso>. access on 23 Feb. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581996000300004>.

ZAMPERLINI, G.C.M. **Investigação da fuligem proveniente da queima de cana-de-açúcar com ênfase nos Hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (HPAs)**.1997.215p. Dissertação (Mestrado em Química) –Instituto de Química, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 1997.

ANEXOS

Quadro 2 - Descrição dos processos e decisões judiciais analisadas

Ano de interposição	Número de ordem do processo	TJSP/JFSP Primeira instancia	TJSP/JFSP Segunda instancia	Superior Tribunal de Justiça (STJ)	Supremo Tribunal Federal (STF)	Observações
1995	925	➤ Liminar: Proíbe	➤ Mandado de segurança: proíbe			Houve termo de ajustamento de conduta (TAC) entre as partes onde a ré se comprometeu à redução das queimadas gradativamente, entendendo portanto que a continuidade da queima foi permitida . Posteriormente, entrou em vigência a Lei 11241/2002 o acordo foi revisto, revogando o TAC anterior e determinando o juiz o sujeição da ré ao novo dispositivo legal. Por isso entende-se que nessa nova manifestação judicial a queimadas continuaram permitidas .

Quadro 2 - Descrição dos processos e decisões judiciais analisadas

(Conclusão)

Ano de interposição	Número de ordem do processo	TJSP/JFSP ➤ Primeira instância	TJSP/JFSP ➤ Segunda instância	Superior Tribunal de Justiça (STJ)	Supremo Tribunal Federal (STF)	Observações
1996	1339	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Liminar: permite ➤ Sentença: permite 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Apelação: proíbe ➤ Embargos infringentes: permitem ➤ Embargos de declaração nos embargos infringentes: permite ➤ Recurso Especial: permite 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Recurso Especial: permite ➤ Agravo do recurso especial: permite ➤ Embargos infringentes no recurso especial: permite 		
2012	0002693.21.2012.403.6109	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Liminar: proíbe ➤ Sentença: proíbe 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Agravo: proíbe ➤ Embargos de declaração: proíbem 			

Posturas assumidas pelo poder judiciário piracicabano nos pleitos pela proibição imediata da queima da palha de cana-de-açúcar.